



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6012.2022/0010230-4

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/10/2022

HORÁRIO: 11H00

AMBIENTE ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

TIPO: Menor Preço

Critério de Julgamento: Menor Preço Global Total

Regime de Execução: Empreitada por Preços Unitários

Oferta de Compra nº 801010801002022OC00050

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS – SGZ.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB**, ATRAVÉS DA COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES, TORNA PÚBLICO QUE, NA DATA E A PARTIR do horário acima assinalado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL**, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, na data e horário mencionados acima, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

São anexos e fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I – A	PLANILHA VALOR REFERENCIAL
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO II – A	CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO
ANEXO II - B	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI
ANEXO - III	HABILITAÇÃO
ANEXO III – A	MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS



ANEXO III – B	MODELO DE QUADRO DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
ANEXO III - C	DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES
ANEXO III - D	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - E	MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM A SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO DA DELEGACIA DO TRABALHO
ANEXO III - F	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA.
ANEXO III - G	MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
ANEXO IV	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO V	MODELO DE FICHA DIÁRIA DE PRESENÇA
ANEXO VI	MINUTA MODELO SUBCONTRATAÇÃO

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. Em atendimento ao art. 6º da Portaria 134/SGM de 29 de abril de 2021, que constituiu grupo de trabalho Intersecretarial para a elaboração de estudos e proposta de medidas para regulamentação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, o procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições atualmente vigentes, quais sejam: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e alterações posteriores, bem como a Lei Municipal nº 13.278/02, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e os Decretos Municipais nº 44.279/03, 46.662/05, 54.102/13, 56.003/15, 56.475/2015 e demais normas legais aplicáveis, bem como com as disposições deste Edital, que os interessados declaram conhecer e às quais aderem incondicional e irrestritamente.

1.2. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através da internet pelo site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>, bem como através do link: l1nq.com/zrhn

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS - SGZ**, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal das Subprefeituras– SMSUB.

2.2. Os Serviços especializados a serem contratados estão definidos em:

A. Identificação e cadastro automatizado de ativos urbanos ao longo das viaspúblicas do **MUNICÍPIO;**



B. Monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos ao longo das vias públicas do **MUNICÍPIO** e alertas de necessidades de manutenção;

C. Monitoramento continuado dos elementos presentes no pavimento das vias públicas;

D. Monitoramento continuado da qualidade de execução do serviço de recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;

E. Monitoramento continuado do estado de conservação ao longo do tempo da recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;

F. Monitoramento continuado das atividades descritas no Plano de Trabalho dos serviços de varrição;

G. Monitoramento continuado para a identificação de situações de necessidade de serviços urgentes;

- 2.3. As informações sobre a execução dos serviços se encontram no ANEXO I – Termo de Referência.
- 2.4. O **prazo** de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 2.5. Critério de Julgamento: **O critério de julgamento será o menor preço global total e Regime de Execução se dará por Preços Unitários** conforme descrito no Anexo II – Planilha de valor referencial.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÕES

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal da Cidade de São Paulo, que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.



3.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

3.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, em campo próprio do Sistema BEC/SP, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos.

3.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

3.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame, ciente de que será necessária a comprovação de habilitação técnica e econômico-financeira em quantidades equivalentes ao Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

4

3.6. Poderão participar ainda da presente licitação as empresas que:

- a) Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- b) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que estejam credenciadas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP;
- c) não tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- d) não estejam constituídas em forma de consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
- e) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Orientação Normativa PGM 03/2012;
- f) não estejam enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- g) Não estejam sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei Federal nº 11.101/05, exceto nos casos previstos no item 11.4.2.1. deste Edital.

3.7. Da participação de microempresa ou empresa de pequeno porte

3.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejem se valer dos benefícios da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 deverão fazer constar no registro da licitante junto ao CAUFESP essa condição.



3.8. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as condições do presente Edital e anexos, bem como as disposições contidas na Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais 44.279/03, 46.662/05, 54.102/13, e 56.475/2015, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas complementares, que disciplinam a presente licitação e integram o ajuste correspondente.

4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, **EXCLUSIVAMENTE** via sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

4.2. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema.

4.3. Caberá ao pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão antes da data prevista para a abertura do certame.

4.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

4.5. A impugnação, feita tempestivamente pela LICITANTE, não a impedirá de participar deste Pregão.

4.6. As decisões das impugnações serão divulgadas pelo Pregoeiro no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5. CRENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição, através do órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 43.406/03) no site www.bec.sp.gov.br.

5.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legalmente constituído e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. No caso de existir a participação de microempresas ou empresa de pequeno porte no certame licitatório, todos os procedimentos de classificação, habilitação, adjudicação e homologação, seguirão o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 56.475/15, devendo as licitantes interessadas declarar tal condição para seu credenciamento, mediante os meios disponíveis no sistema.

5.5.1. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privada do Licitante e subsequente inserção do valor da proposta de preços, a partir da disponibilização do sistema até o horário de abertura do certame, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na Oferta de Compra supracitada com o **MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL**, desde a divulgação na íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, **assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.**

6.2. A licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

6.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou quando chamado à manifestação via “chat”.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que se demonstrarem em desconformidade com o critério de julgamento proposto, após confirmação da licitante.

6.5. A proposta de preços vencedora, com os preços unitários, atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, deverá ser entregue para a Coordenadoria Geral de Licitações - COGEL, juntamente com a documentação referente a habilitação deste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após o encerramento da sessão.



7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preços deverá apresentar os preços unitários e o global total, expressos em reais, em algarismos, com quatro casas decimais e por extenso, para a prestação de serviços objeto deste certame, segundo modelo de proposta constante do **ANEXO II – Proposta de Preços (Anexo II, II- A e II-B)** deste Edital, impressa em papel timbrado da licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante, conforme estabelecido nos anexos correspondentes.

7.1.1. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2. A apresentação da proposta conforme o **ANEXO II - Proposta** implica aceitação tácita de todas as cláusulas e termos deste edital.

7.3. A proposta de preços deverá, ainda:

7.3.1. Ter prazo de validade devidamente declarado de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.3.1.1. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.3.2. Na proposta deverá constar, expressamente, que nos valores ofertados estão inclusos os preços praticados no mercado e que incluem todos os impostos, taxas, fretes, descontos, bonificações, inclusive custo do orçamento etc. e excluídos quaisquer encargos financeiros agregados ao seu valor econômico.

7.3.3. As licitantes deverão apresentar proposta com data-base correspondente ao mês da sessão de abertura da licitação.

7.3.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos a SMSUB, sem ônus adicionais.

8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A partir do dia e horário supracitado, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação dos valores de preços recebidos, que deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

8.2. O Pregoeiro verificará o atendimento às condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências deste edital;



b) Sejam manifestamente inexequíveis;

b.1) A exequibilidade da proposta será analisada com base no valor total global, sem prejuízo da verificação da exequibilidade dos preços unitários apresentados, adotando o critério estabelecido no § 1º, art. 48 da Lei 8.666/93.

c) Que apresentem incongruências nas composições de preço, ou valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quanto se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2.1. A desclassificação da proposta importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances.

8.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

8.2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

8.3. O sistema ordenará automaticamente, as propostas analisadas e classificadas pelo Pregoeiro, que estiverem em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste instrumento convocatório, iniciando-se a etapa de lances, conforme previsto neste edital e de acordo com o Decreto nº 43.406/2003, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa de lances, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivos horários de registro e valor.

9.2. Participarão da fase de lances todas as licitantes detentoras de propostas classificadas, por meio do sistema eletrônico.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para a sua aceitação.

9.3.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 9.3.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

9.3.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais) e incidirá sobre o valor global total.



9.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real sobre os valores dos lances registrados, vedada a identificação dos detentores dos lances.

9.5. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

9.5.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.5.2. No caso de a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para sua continuidade.

9.6. As desistências em apresentar lance implicarão na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.7. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

9.7.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando a continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

9.7.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

9.8. No caso da participação de Micro Empresas ou Empresas De Pequeno Porte - ME/EPP, a partir deste momento, os procedimentos obedecerão a seguinte ordem:

9.8.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

9.8.2. Com base na classificação a que alude o item 9.8.1, será assegurado às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

9.8.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.



9.8.2.2. Não havendo apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 9.8.2.1.

9.8.2.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 9.8.1., seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

9.8.2.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 9.8.2 e 9.8.2.1 a 9.8.2.3. do Edital, se for o caso.

9.9. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, contraproposta para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir, motivadamente, sobre sua aceitação.

9.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.11. Encerrados os lances, na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará, a Licitante detentora da proposta melhor classificada, para que este envie os documentos relacionados abaixo, via sistema, devendo a Licitante obedecer ao prazo estipulado pelo Pregoeiro.

9.11.1. De imediato, sob pena de não aceitação, encaminhar **Cópia da Proposta de Preços, conforme Anexo II e Cronograma Físico Financeiro Anexo II - A**, com preço atualizado, em conformidade com os lances eventualmente ofertados e com negociação realizada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

9.12. As propostas enviadas serão analisadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.13. A indicação do(s) lance(s) vencedor(es), a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL**.

10.1.1. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando



sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10.1.2. Na situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

10.2. Não serão aceitas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e de seus anexos, as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços considerados inexequíveis.

10.2.1. A exequibilidade da proposta será analisada de acordo com a compatibilidade dos preços praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo, que poderá a critério do Pregoeiro, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas de modo a evidenciar a economicidade da contratação.

10.2.1.1. Para subsidiar a análise da exequibilidade o pregoeiro poderá solicitar **documentação que justifique os custos e/ou que comprove sua coerência com o mercado.**

11

11. HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste edital, proceder-se-á à análise dos documentos de habilitação das licitantes cujos preços forem aceitos.

11.1.1. A licitante que apresentar melhor proposta, deverá apresentar como prova de habilitação a comprovação de patrimônio líquido e os atestados de desempenho equivalentes à soma dos lotes vencidos.

11.1.2. Na fase de habilitação será requerido pelo pregoeiro a comprovação da situação da regularidade das licitantes mediante o envio imediato pelo sistema disponível na BEC ou em caso de falha na conexão da plataforma, para o e-mail: cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br, **sob pena de inabilitação**, de cópia da documentação que atenda as exigências do item 11 e subitens deste edital.

11.1.3. A licitante detentora da melhor proposta ou lance encaminhará a documentação referente à sua habilitação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão**, em sua forma original ou cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão da Imprensa Oficial, juntamente com a Proposta de Preços atualizada, em envelope fechado com a identificação de sua razão social e nº do Pregão Eletrônico, endereçada ao Pregoeiro – Coordenadoria Geral de Licitações que processou o certame, no seguinte endereço: Rua Líbero Badaró, 504 - 23º andar – Centro – São Paulo – SP.

11.2. Habilitação jurídica



11.2.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedade empresária, que comprove possuir como objeto a prestação de serviço compatível com os exigidos na licitação;

11.2.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-se de sociedades empresárias;

11.2.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

11.2.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3. Regularidade fiscal e trabalhista

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

12

11.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

11.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, como segue:

11.3.3.1. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

11.3.3.2. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa da sede da licitante.

11.3.3.2.1. No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº02, ou a que suceder.

11.3.3.3. Certidão de regularidade débitos referentes a tributos mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante.

11.3.3.3.1. Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal,



da Procuradoria Geral do Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

11.3.3.3.2. Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com o objeto contratual, conforme modelo constante no **ANEXO III-A**.

11.3.4. Serão aceitas como comprovação de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

11.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, demonstrada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos do artigo 29 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei Federal 12.440/11.

13

11.4. Qualificação econômico-financeira

11.4.1. Comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante através da constatação dos índices Contábeis oriundos do cadastro do CAUFESP referentes à Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, devendo esses serem maiores ou iguais a 1,00.

11.4.1.1. Caso não constem os índices contábeis no cadastro da CAUFESP disponíveis, a licitante deverá apresentar: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

11.4.1.1.1. No caso da empresa estar enquadrada na obrigatoriedade de efetuar a Escrituração Contábil Digital, conseqüentemente transmitida através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED), deverá apresentar além dos documentos/demonstrações já exigidas, apresentar também cópias reprográficas autenticadas do Termo de Abertura e Termo de Encerramento (gerado pelo sistema público de escrituração digital – SPED), Recibo de entrega de Livro Digital (gerado pelo sistema SPED) e cópias do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis extraídas do Livro Diário Eletrônico.



11.4.1.2. A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nas fórmulas indicadas no **ANEXO III-B**, que deverá ser apresentado na licitação, juntamente com a documentação referida no subitem Qualificação Econômica Financeira deste edital.

11.4.1.3. Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver os índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral, maiores ou iguais a 1,00.

11.4.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.4.2.1. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar a certidão de Objeto e Pé, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões), acompanhada do Plano de Recuperação devidamente aprovado, bem como, da documentação pertinente que demonstre o seu regular cumprimento.

11.4.3. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.4.4. Prova de patrimônio líquido correspondente a 10% do valor global total da proposta – ANEXO II, considerando para tal os preços finais obtidos após a fase de lances e negociação.

14

11.5. Qualificação técnica

11.5.1. Registro ou inscrição da empresa e de seu (s) responsável (is) na entidade profissional competente, com todas as informações atualizadas na data da sua apresentação.

11.5.2. A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos aos profissionais constantes na TABELA 1- Equipe Técnica:

11.5.2.1. Atestados / certidões / declarações fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

11.5.2.2. Para fins de compatibilidade serão considerados os atestados/certidões/declarações que comprovem que a licitante prestou serviços de desenvolvimento de sistema de monitoramento e GeoMapeamento para controle de gestão de infraestrutura urbana. As certidões, diplomas e atestados deverão conter os requisitos abaixo:

I - Coordenador Geral



- A. Engenheiro Civil/Arquiteto ou Engenheiro de Computação/Eletrônica – Mais de 20 anos de experiência;
- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- D. Registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- E. Dotado de Certificado de Acervo Técnico devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;
- F. Experiência em coordenação de obras e serviços de infraestrutura, preferencialmente em pavimentação;

II - Coordenador Setorial

- A. Engenheiro Civil/Arquiteto ou Engenheiro de Computação/Eletrônica – Mais de 20 anos de experiência;
- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na Área de área de sistemas digitais, dispositivos de TI e desenvolvimento de software, comprovado por currículo;
- D. Registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- E. Dotado de Certificado de Acervo Técnico devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;

15

III - Engenheiro/ Arquiteto Sênior - Coordenador da Equipe de TI

- A. Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia de Computação/Eletrônica;
- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na Área, comprovado por currículo;
- D. Registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- E. Dotado de CAT - Certificado de Acervo Técnico, devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;

IV - Engenheiro/Arquiteto Pleno

- A. Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia de Computação/Eletrônica;



- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Mestrado ou Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 48 (quarenta e oito) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- F. Registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- D. ART -Anotações de Responsabilidade Técnica recolhidas de serviços de engenharia em projetos semelhantes;

V - Engenheiro/ Arquiteto Junior:

- A. Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia da Computação/Eletrônico;
- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Mestrado ou Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 48 (quarenta e oito) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- D. Registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- E. ART -Anotações de Responsabilidade Técnica recolhidas de serviços de engenharia em projetos semelhantes;

16

VI - Arquiteto de Sistemas:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação;
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

VII - Administrador de Banco de Dados:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação;
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

VIII - Analista de Teste:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação;
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;



IX - Analista De ERP / PORTAIS / PROCESSO / BI / CRM / IA:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

11.5.3. Certidão(ões) de CAT - Acervo Técnico, e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando serviços análogos e de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores à do objeto contratual;

11.5.4. O CAT - Acervo Técnico, deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional (is) que tenham vínculo contratual ou societário com a CONTRATADA na data da apresentação da proposta, sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e relacionadas à coordenação, execução e/ou fiscalização dos serviços, serviços esses realizados em projetos de levantamento de qualidade de pavimentos de vias cuja extensão avaliada seja próxima ao que será encontrado no município de São Paulo;

17

11.5.5 Tabela 1 – Equipe Técnica

11.5.5.1 A equipe técnica alocada pela CONTRATADA para essa demanda deverá possuir, no mínimo, os profissionais abaixo relacionados na tabela, com as devidas formações e qualificações:

Profissional	Função
Coordenador Geral	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de coordenação e de responsabilidade técnica de operação, manutenção e atualização de todo o sistema de monitoramento;
Coordenador Setorial	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de coordenação e de responsabilidade técnica de TI, de operação, manutenção e atualização de todo o sistema de Tecnologia da Informação



	implantado no âmbito da prestação de serviços
Engenheiro/Arquiteto Sênior	Engenheiro Civil/ Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica responsável pela parametrização do Sistema em função dos tipos de ativos e defeitos encontrados;
Engenheiro/Arquiteto Pleno	Engenheiro Civil/ Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de analisar e fiscalizar os requisitos técnicos do sistema e realizar as parametrizações necessárias;
Engenheiro/ Arquiteto Junior	Engenheiro Civil/ Arquiteto com a função de realizar testes de campo com os dispositivos submetidos a novas condições de pavimentos e averiguar a acuracidade do sistema.
Arquiteto de Sistemas	Profissional com a função de manter e evoluir a arquitetura do sistema, de modo a garantir o bom desempenho e tornar o processamento ágil. Definição da arquitetura das aplicações: Delimita e integra componentes e suas funcionalidades; Relatórios técnicos sobre a arquitetura; Gerencia repositório de componentes objetivando reutilização; Orienta e implementa processo de engenharia de software adequado ao desenvolvimento na tecnologia selecionada;
Administrador de Banco de Dados	Profissional com a função de garantir otimizações no processamento de informações em banco de dados com grande volume de informações de tempo real. Apoio na implementação, otimização e manutenção da arquitetura tecnológica de armazenamento de dados, desenvolvimento dos fluxos de entrada de dados e gestão de grandes conjuntos de dados; Aplicação de técnicas analíticas e extração de informações relevantes e otimização dos conjuntos de dados em bancos de dados para o processamento em larga escala;
Administrador De Rede Lan/Wan	Profissional com função de configuração de rede para a coleta de dados de dispositivos;



Analista De Segurança Da Informação	Profissional com função de atendimento da Lei da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e protocolos de segurança;
Coordenador De Operações	Profissional com função de coordenar o fluxo de veículos com o dispositivo eletrônico de detecção dos elementos e fazer a gestão do funcionamento do sistema;
Cientista de Dados	Profissional com a função de conceber algoritmos para identificar padrões em grandes volumes de dados e desenvolver tecnologias e métodos de predição de resultados para suporte à técnicas de Inteligência Artificial.
Analista De ERP / Portais / Processo / BI / CRM / IA	Profissional com a função de integrar todas as partes do sistema de T.I., de forma a gerar os resultados esperados
Analista de Suporte de Sistemas	Profissional com a função de fornecer o serviço de suporte técnico ao sistema e aos usuários. Também tem a função de garantir uma SLA de 24x7 para o sistema, mantendo sistemas em funcionamento

19

11.5.5.2. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais que se enquadrem nos requisitos contidos na TABELA acima;

11.5.5.3.A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, quando da necessidade de alteração no quadro da equipe técnica;

11.5.6. Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade:

11.5.6.1. Conter o nome, cargo ou função, dados de identificação (CPF e identidade), telefone e e-mail de contato do(s) seu(s) emissor(es);

11.5.6.2. Conter a descrição geral objeto dos serviços prestados;

11.5.6.3. Conter expressamente se o serviço que foi ou está sendo executado de forma satisfatória;

11.5.6.4. Conter a data de início da prestação dos serviços;

11.5.6.5. Serão aceitas comprovações de experiência das licitantes em serviços realizados exclusivamente no Brasil;

11.5.6.6. A licitante poderá apresentar atestados, certidões e/ou declarações de serviços executados em quaisquer regiões do país para comprovação da compatibilidade;

11.5.6.6.1. Serão aceitas comprovações de experiência das licitantes em serviços realizados exclusivamente no Brasil;



11.5.6.7. Os atestados/certidões/declarações/currículos devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;

11.5.6.8. Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre;

11.5.6.9. Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

11.5.6.10. Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

11.5.6.11. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos visa evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período de tempo atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional da licitante em executar o volume de serviço previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionado à comprovação da capacidade de execução do objeto, aceita como legítima pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287/2008 – Plenário);

20

11.5.7. A comprovação de que a equipe técnica pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita mediante a apresentação de contrato social, carteira de trabalho acompanhada da ficha de registro de empregado, ambas com os dados devidamente atualizados, contrato de trabalho ou declaração de contratação futura em conformidade ao **ANEXO III-F – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA.**

11.5.8. Os profissionais indicados na tabela de Equipe e que apresentarão as qualificações técnicas deverão ser os mesmos a serem os responsáveis pela execução dos serviços durante todo o contrato, e caso, haja a necessidade de troca de algum profissional, a substituição deverá ser feita, por profissional com gabarito tecnicamente igual ou superior, devidamente aprovado pelos fiscais do contrato.

11.5.9. Declaração subscrita pelo representante legal da licitante e elaborada em papel timbrado, sob as penas da lei, de que prestará os serviços dentro das especificações solicitadas, de que possui capacidade de prestação dos serviços na quantidade estimada e de que disponibilizará os equipamentos necessários.

11.6. Outras declarações

11.6.6. Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado da empresa, nos termos do modelo fornecido nos anexos deste Edital, atestando que:



11.6.6.1. Encontra-se em situação regular perante o **Ministério do Trabalho** e que obedece à norma contida no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos), conforme **ANEXO III-C**.

11.6.6.2. **Inexiste impedimento legal** para licitar ou contratar com a Administração, conforme **ANEXO III-D**.

11.6.6.3. Atende às **normas relativas à saúde e segurança do trabalho**, conforme **ANEXO III-E**.

11.6.7. Declaração da licitante, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, da mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários ao início da execução dos serviços.

11.7. Disposições gerais da habilitação

11.7.6. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, devendo **preferencialmente** ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste edital.

21

11.7.6.1. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

11.7.7. Os documentos apresentados **devem estar com seu prazo de validade em vigor**. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição, desde que o edital não mencione prazo específico para o documento. No caso de procuração, o prazo máximo admitido no edital é de 01 (um) ano, salvo se na procuração constar expressamente que foi expedida por prazo indeterminado.

11.7.8. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.7.9. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo pregoeiro.

11.7.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

11.7.5.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz. Os atestados de capacidade técnica poderão ser em nome e com CNPJ da matriz e/ou filial da licitante.

11.7.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte, anteriormente assim qualificada, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida no



edital. Todavia, no que tange à comprovação de regularidade fiscal, documentos que apresentem alguma restrição deverão ser entregues, sem que isso impeça a continuidade de sua participação na licitação.

11.7.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado documentação relativa à regularidade fiscal perante à (o) pregoeira (o) com restrição sagrando-se vencedora do certame, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 17 do Decreto Municipal 56.475/15.

11.7.11.2. Decairá do direito à contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte que não promover a regularização da documentação fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior, o que ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do artigo 18 do Decreto Municipal 56.475/15 que regulamentou dispositivos da LC 123/06.

11.7.12. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizado ou registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

22

11.7.12.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de títulos e Documentos.

11.7.13. Todos os documentos apresentados deverão estar devidamente atualizados, de modo que não haja diferenças/incoerências nas informações constantes dos mesmos.

12. FASE RECURSAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Divulgado(s) o(s) vencedor(es), o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema e no tempo estipulado.

12.1.1. Havendo manifestação de intenção, caberá ao Pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso para decidir se admite ou não a intenção de recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.1.1.1. São condições de admissibilidade da intenção de recurso:

- a) **Tempestividade**, devendo a intenção de recurso ser inserida no sistema no prazo estipulado em sessão;



b) **Motivação**, devendo ser clara e coerente, com a exposição breve das razões que levam à irregularidade e que será objeto dos memoriais.

b1). Não serão aceitas as intenções de recurso que apresentarem motivações genéricas e sem apontamento substancial devidamente fundamentado. Tal prática poderá ser considerada como meio de retardamento do certame.

12.2. Havendo interposição de recurso na forma indicada no subitem “1” deste item e sua admissão, os recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2.1. Durante os prazos para apresentação do recurso e contrarrazões, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

12.2.1.1. O acesso ao processo deverá ser solicitado ao(à) pregoeiro(a) através do e-mail cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

12.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Coordenadoria Geral de Licitações observados os prazos estabelecidos no subitem 12.2, deste item.

12.4. A falta de interposição na forma prevista no subitem “12.1” deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

12.5. O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos procedimentos, o processo será encaminhado à autoridade competente para homologar a licitação.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A licitante obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes.

13.2. A licitante obriga-se a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas adequadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.



14. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

14.1. As obrigações decorrentes desta licitação consubstanciam-se no Contrato, cuja minuta consta do **ANEXO IV** do presente edital.

14.1.1. A adjudicatária está ciente de que a existência de seu registro no CADIN – Cadastro Informativo Municipal, a ser consultado pela Unidade, impedirá a contratação, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06.

14.2. Os prazos para assinatura do Termo de Contrato e de retirada das Notas de Empenho a ela vinculados serão de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da convocação, sob pena de aplicação das Penalidades previstas neste edital, ocasião em que a adjudicatária deverá apresentar a atualização dos documentos exigidos por ocasião da habilitação, que estiverem vencidos, ou seja, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitado pela Secretaria ou Unidade Contratante.

14.3. O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, desde que a solicitação da adjudicatária, feita tempestiva e formalmente, seja aceita pela Administração.

14.3.1. Havendo recusa ou estando a adjudicatária impedida de formalizar o Contrato no prazo pela não apresentação dos documentos necessários, é facultada à Administração, sem embargo da aplicação das penalidades previstas, realizar procedimento a fim de que seja convocada a próxima licitante.

24

14.4. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante, atendidas as exigências deste edital.

14.5. Na oportunidade da assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá:

14.5.1. Apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso vencidos.

14.5.2. Indicar o responsável técnico pelos serviços.

14.5.3. Caso seja apresentada a declaração de contratação futura prevista no ANEXO III-G, a contratada deverá apresentar os documentos que provem a celebração do vínculo.

14.6. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.6.1. Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia, no valor proporcional a 5% em cima do valor do presente contrato, mediante uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

- 14.6.2.** Caberá a complementação da caução quando houver alteração contratual.
- 14.6.3.** A garantia e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à CONTRATADA e por todas as importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em razão do presente contrato.
- 14.6.4.** Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.
- 14.6.5.** O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.
- 14.6.6.** O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.
- 14.6.7.** Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.
- 14.6.8.** Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.
- 14.6.9.** Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da CONTRATADA, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela CONTRATADA.

25

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. A Subcontratação será permitida somente mediante prévia e expressa autorização da Unidade Contratante. A contratada poderá subcontratar os veículos utilizados para instalação dos sensores inerciais de segunda à sexta, de forma ininterrupta, se necessário.



15.2. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional;

15.3. A autorização dada pela Unidade CONTRATANTE é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela contratada.

15.4. Cabe à contratada zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a Unidade Contratante pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.

15.5. Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas.

15.6. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

15.6.1. Submissão, pela contratada, de pedido fundamentado de subcontratação, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;

15.6.2. Autorização prévia, por escrito, da Unidade Contratante para a subcontratação;

15.6.3. Apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do certame licitatório;

15.6.4. Análise e aprovação por escrito, pela Unidade Contratante, da documentação apresentada pela subcontratada. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida no item anterior poderá ser substituída pela contratada, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pela Unidade Contratante.

15.6.5. Apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a contratada e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

15.7. Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pela Unidade Contratante. A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto neste documento, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do contrato.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, na Minuta de Contrato (ANEXO IV) e demais normas pertinentes, são aplicáveis as penalidades abaixo estipuladas:

16.1.1. Multa de 1% (um inteiro por cento) sobre o valor total anual estimado pelo atraso da Adjudicatária em assinar o Contrato, até o 10º dia de atraso, após esse prazo será considerada recusa a não assinatura.

16.1.2. Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total da proposta, pela falta de apresentação da documentação necessária para assinatura do contrato;



16.1.3. Multa no valor de 2% (dois inteiros por cento) do valor total da proposta encaminhada:

- a) à licitante que ensejar o retardamento do certame;
- b) à licitante que deixar de entregar documentação prevista no edital;
- c) à licitante que apresentar documentação falsa exigida neste edital;
- d) à licitante que não mantiver a proposta/lance;
- e) à licitante que se comportar de modo considerado inidôneo ou que prejudique o bom andamento da sessão;

16.1.3.1. As multas poderão ser cumulativas, somando-se até o montante de 10% (dez inteiros por cento).

16.2. Sem prejuízo das penalidades acima, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas nos subitens do item 16.1.

16.3. As penalidades somente poderão deixar de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

16.3.1. Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou.

16.3.2. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

16.4. O prazo para pagamento das multas será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSP.

16.5. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

16.6. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Coordenação Geral de Licitações e Contratos - COGEL da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB e protocolizados nos dias úteis, das 10:00 às 17:00 horas, na Rua Líbero Badaró, nº 504 – 23º andar, Centro, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

16.7. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, administrativamente ou judicialmente.

16.8. Não serão considerados recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.



17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

17.3. À Administração é reservado o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, respeitado o contraditório e a ampla defesa, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes solicitem qualquer tipo de indenização, conforme artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

17.4. Os prazos previstos neste edital serão contados nos termos do artigo 110, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

17.5. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

28

17.6. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. A participação nesta licitação implicará em aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e demais normas aplicáveis.

17.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9. Na hipótese de impedimento da contratação da empresa vencedora da licitação, poderão ser convocadas as demais empresas participantes, observada a ordem de classificação das propostas.

17.9.1. Considera-se impedimento para contratação mencionada no subitem anterior, a prática de infração às cláusulas do edital, e contratuais, bem como a aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou a declaração de inidoneidade.

17.10. A Contratada se obriga a manter, durante o prazo de execução dos ajustes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

17.11. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.



17.12. As situações omissas serão resolvidas pelo pregoeiro.

17.13. O Pregoeiro e a equipe de apoio foram designados nos termos da Portaria nº 059/SMSUB/2022, constante no processo administrativo.

São Paulo, 05 de outubro de 2022.

Bianca Diniz Porta
Pregoeiro (a)
Portaria nº 059/SMSUB/2022



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6012.2022/0010230-4
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/SMSUB/COGEL/2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESTINADO A AVALIAÇÃO CONTINUADA DO PAVIMENTO DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR MEIO DE SENSORES INERCIAIS E SUA RESPECTIVA MANUTENÇÃO

I. INTRODUÇÃO

A Prefeitura de São Paulo, por intermédio da **SMSUB** - *Secretaria Municipal das Subprefeituras*, tem como atribuição a realização dos serviços de zeladoria do **MUNICÍPIO**.

Com o avanço da tecnologia, é natural que possa haver uma transformação digital na forma de acompanhar as demandas de ações de zeladoria, ampliando a escala de possibilidades de problemas a serem monitorados, bem como ganhando agilidade e rapidez na coleta e trânsito das informações sobre necessidades de ações preventivas e corretivas na infraestrutura urbana.

Essa é uma das facetas das Cidades Inteligentes, que agrega tecnologia às cidades para auxiliar na gestão pública. A partir da possibilidade de existir sensores eletrônicos espalhados pela cidade, a gestão pública pode conhecer quase em tempo real as condições dos ativos de infraestrutura urbana e tomar ações imediatas.

O Município de São Paulo encontra-se classificado como a 8ª cidade mais populosa do mundo, com uma área territorial de 1.521,11Km² e com uma malha viária da ordem de 16 mil Km de extensão, além de 1.073Km de



vias não cadastradas (sem CEP) e o desafio de zelar por uma cidade desse porte é grande.

Apesar da complexidade que a megalópole traz, São Paulo foi considerada a “cidade mais inteligente” do Brasil, a primeira colocada no ranking das cidades inteligentes brasileiras (<https://tinyurl.com/4ansbjuc>), o que é consequência de várias iniciativas de uso de tecnologia também pela SMSUB para otimizar a gestão das atividades de zeladoria de na cidade de São Paulo.

Entre as tecnologias já em uso diário pela SMSUB estão o **SGZ** - *Sistema de Gestão de Zeladoria*, que concentra toda o fluxo de geração e acompanhamento de Ordens de Serviços de zeladoria, o **GEOINFRA** – *Sistema de Gestão de Infraestrutura Urbana*, que auxilia no planejamento e na gestão de todas as intervenções de concessionárias e permissionárias no pavimento de vias urbanas e calçadas, **GAIA** - *Sistema de Monitoramento Continuado da Irregularidade Superficial do Pavimento da Malha Viária*, que monitora a qualidade superficial do pavimento de toda a extensão de vias urbanas e o **FLIP** - *Fiscalização de Limpeza Pública*.

31

Como mais uma iniciativa nesse sentido e para auxiliar na racionalização da aplicação dos recursos públicos na zeladoria urbana, o **MUNICÍPIO** deseja utilizar ferramentas digitais inovadoras para o monitoramento contínuo, ágil e confiável das condições da infraestrutura urbana existente, a partir da contratação de um serviço tecnológico de aquisição de informação descentralizada e automática sobre o cadastramento e conservação dos ativos urbanos.

Esse novo meio de registro de necessidades de manutenção vem a se somar ao canal 156, que é o principal acesso de registro de necessidades de manutenção por parteda população. Consolida-se um conjunto de fontes de



informação por meio tanto de alertas da população quanto a partir de meios tecnológicos de detecção de necessidades de zeladoria, com o uso de dispositivos eletrônicos e de inteligência artificial que consegue identificar continuamente e automaticamente ativos urbanos que tenham necessidades de reparos.

Com mais essa iniciativa, a **SMSUB** - *Secretaria Municipal das Subprefeituras* segue a sua estratégia de agilizar as manutenções preventivas e corretivas nos ativos urbanos, gerando economia de recursos com o planejamento e a antecipação de manutenções às quais, quando postergadas, oneram a cidade pelo custo de manutenção majorado pelo dano prolongado e causam desconforto e descontentamento aos munícipes.

32

II. OBJETO

O objeto é a contratação de serviços especializados e continuados de monitoramento eletrônico digital da qualidade de ativos urbanos ao longo das vias públicas, utilizando como ferramenta um Sistema Tecnológico Integrado baseado em visão computacional e inteligência artificial para ganho de escala na identificação de necessidades de ações de zeladoria e de incremento de eficiência e de qualidade dos Serviços de Zeladoria no **MUNICÍPIO**, com o seguinte escopo e serviços:

- A.** Identificação e cadastro automatizado de ativos urbanos ao longo das vias públicas do **MUNICÍPIO**;
- B.** Monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos ao longo das vias públicas do **MUNICÍPIO** e alertas de necessidades de manutenção;
- C.** Monitoramento continuado dos elementos presentes no pavimento das vias públicas;
- D.** Monitoramento continuado da qualidade de execução do serviço de recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;
- E.** Monitoramento continuado do estado de conservação ao longo do tempo da



recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;

F. Monitoramento continuado das atividades descritas no Plano de Trabalho dos serviços de varrição;

G. Monitoramento continuado para a identificação de situações de necessidade de serviços urgentes;

III. DA VIGÊNCIA

III.I) O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data indicada na Ordem de Inícios dos serviços;

III.II) O prazo de vigência poderá ser prorrogado por iguais ou menores e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos da Lei Federal 8.666/1993;

IV. DA CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto é a contratação de serviços especializados e continuados de monitoramento eletrônico digital da qualidade dos elementos detectados ao longo das vias públicas, utilizando como ferramenta um Sistema Tecnológico Integrado baseado em visão computacional e inteligência artificial para ganho de escala na identificação de necessidades de ações de zeladoria e de incremento de agilidade, eficiência e qualidade dos Serviços de Zeladoria no **MUNICÍPIO**.

Os serviços estão caracterizados e divididos de acordo com os itens abaixo:

IV.I. Identificação e cadastro automatizado de ativos urbanos ao longo das vias públicas urbanas: Consiste no serviço de monitoramento continuado da presença dos ativos urbanos ao longo das vias públicas, com a detecção, georeferenciamento, coleta de evidências fotográficas, armazenamento em bancos de dados e interfaces de consultas com mapas digitais, relatórios gerenciais, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;



IV.II. Monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos ao longo das vias públicas urbanas e alertas de necessidades de manutenção: Consiste no serviço de monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos ao longo das vias públicas, com a detecção, georeferenciamento, coleta de evidências fotográficas, armazenamento em bancos de dados e interfaces de consultas com mapas digitais, relatórios gerenciais, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*, bem como alertas e geração automática de Ordens de Serviços em integração com o **SGZ – Sistema Gestão de Zeladoria**;

IV.III. Monitoramento continuado dos elementos presentes no pavimento das vias urbanas: Consiste no serviço continuado de identificação de defeitos pontuais em pavimentos das vias públicas, com a detecção, georeferenciamento, coleta de evidências fotográficas, armazenamento em bancos de dados e interfaces de consultas com mapas digitais, relatórios gerenciais, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*, bem como alertas e geração automática de Ordens de Serviços em integração com **SGZ**
– *Sistema Gestão de Zeladoria*;

IV.IV. Monitoramento continuado da qualidade de execução do serviço de recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias: Consiste no serviço continuado de acompanhamento e de monitoramento das intervenções realizadas pelas concessionárias e permissionárias para a certificação que tais intervenções estejam catalogadas e autorizadas no sistema **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**, bem como o monitoramento da qualidade da recomposição asfáltica de acordo com as diretrizes dos decretos e leis vigentes, com a utilização de tecnologias de visão computacional e verificação amostral in loco por motoverificadores.



IV.V. Monitoramento continuado do estado de conservação ao longo do tempo da recomposição asfáltica executada pelas concessionárias: Consiste no serviço continuado de acompanhamento e de monitoramento da qualidade da recomposição do pavimento nas intervenções realizadas pelas concessionárias e permissionárias para a certificação de que a qualidade do procedimento se manterá portodo o período de garantia;

IV.VI. Monitoramento continuado das atividades descritas no Plano de Trabalho dos serviços de varrição: Consiste no serviço de monitoramento continuado da consecução dos serviços realizados pelas empresas contratadas para osserviços de varrição comparativamente ao Plano de Trabalho pactuado, utilizando-se de dispositivos e sistemas automáticos de acompanhamento da evolução dos serviços, da coleta automática de informações, georeferenciamento, coleta de evidências fotográficas, armazenamento em bancos de dados e interfaces de consultas com mapasdigitais, relatórios e painéis com informações gerenciais.

IV.VII. Monitoramento continuado para a identificação de situações de necessidade de serviços urgentes: Consiste no serviço continuado de identificação de situações pontuais de necessidades urgentes de ações de limpeza e varrição ao longo das vias públicas, com a detecção dos situações de anomalias, com o georeferenciamento, coleta de evidências fotográficas, armazenamento em bancos de dados e interfaces de consultas com mapas digitais, integração com o sistemas e relatórios e painéis com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*.



V. EXIGÊNCIAS DO SISTEMA A SER DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA DURANTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

V.I. Identificação e cadastro automatizado de ativos urbanos ao longo das viaspúblicas urbanas:

V.I.I. A identificação e geolocalização dos ativos e defeitos deverá ser realizado de maneira automática por meio de dispositivos instalados em uma frota de veículos próprio ou subcontratado e sem intervenção humana;

V.I.II. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de ativos e de defeitos de interesse do CONTRATANTE;

V.I.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas informações relativas aos ativos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos ativos detectados;

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e, também por tipologia de objeto identificado.

V.I.IV. O sistema deverá detectar os seguintes tipos de ativos urbanos, conforme:

- A.** Lombada;
- B.** Sarjetão;
- C.** Tampa de **PV** – *Poço de Visita*;
- D.** Boca de Lobo
- E.** Hidrante



- F. Boca de Leão
- G. Placa de regulamentação
- H. Placa de advertência
- I. Placa de indicação
- J. Placa educativa
- K. Sinalização horizontal
- L. Faixa de Pedestre
- M. Postes**

V.I.V. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de ativos mediante solicitação do CONTRANTE;

V.I.VI. As informações deverão ser atualizadas ao menos a cada 10 (dez) dias no sistema;

V.I.VII. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% (sessenta) nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.I.VIII. Os ativos e defeitos detectados, geolocalizados e fotografados automaticamente deverão ser armazenados em banco de dados e disponíveis em painéis e relatórios gerenciais com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;

V.I.IX. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões,



distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.I.X. As singularidades deverão ser identificadas em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%

V.I.XI. O sistema deverá mensalmente produzir relatório de assertividade por meio de inspeções em 20 (vinte) vias no mínimo, identificando visualmente os ativos urbanos presentes ao longo das vias e comparando com os dados automaticamente identificados pelo sistema;

V.I.XII. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.I.XIII. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar



disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados.

V.II. Monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos ao longo da via pública com alertas de ativos com defeito;

V.II.I. A identificação e geolocalização dos ativos e defeitos deverá ser realizada de maneira automática por meio de dispositivos instalados em uma frota de veículos própria ou subcontratada e sem a intervenção humana;

V.II.II. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de ativos e de defeitos do interesse do CONTRATANTE;

V.II.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas informações relativas aos ativos, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos ativos detectados.

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e também por tipologia de objeto identificado;

V.II.IV. O sistema deverá detectar os seguintes tipos de ativos urbanos ao longo das vias públicas:

V.II.V. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de ativos, mediante solicitação do CONTRATANTE;

V.II.VI. O sistema deverá integrar com o sistema **SGZ – Sistema de Gestão de Zeladoria**;

V.II.VII. O sistema deverá enviar diretamente tais informações



ao **SGZ** – *Sistema de Gestão de Zeladoria*, para a abertura automática de Ordens de Serviço de reparos/defeitos localizados na via pública;

V.II.VIII. As informações deverão ser atualizadas a cada 05 (cinco) dias no sistema, bem como no **SGZ** – *Sistema de Gestão de Zeladoria*;

V.II.IX. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% (sessenta) nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.II.X. Os ativos e defeitos detectados, geolocalizados e fotografados deverão ser armazenados em banco de dados e as evidências devem estar disponíveis em painéis e relatórios com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;

V.II.XI. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.II.XII. As singularidades deverão ser identificadas em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias



Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%

V.II.XIII. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade do sistema por meio de inspeções em campo de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando as singularidades e comparando com os dados do sistema;

41

V.II.XIV. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.II.XV. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados.

V.III. Monitoramento continuado dos elementos presentes no pavimento das vias urbanas e integração com os sistemas de zeladoria para a abertura automática de ordens de serviços:

V.III.I. A identificação e geolocalização dos elementos deverá ser



realizado de maneira automática por meio de dispositivos eletrônicos instalados em uma frota de veículos e sem a intervenção humana;

V.III.II. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de defeitos no pavimento de interesse do CONTRATANTE;

V.III.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas informações relativas aos elementos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos elementos detectados:

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e também por tipologia do defeito identificado;

V.III.IV. O sistema deverá detectar ao os seguintes tipos de elementos ao longodas vias:

- A.** Buraco;
- B.** Tampa de PV defeituosa ou inadequada;
- C.** Fissura Couro de Jacaré;
- D.** Fissura Transversal;
- E.** Fissura Longitudinal;

V.III.V. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de tipos de elementos, mediante solicitação do CONTRATANTE;

V.III.VI. O sistema deverá integrar com o sistema **SGZ – Sistema de Gestão deZeladoria**;

V.III.VII. O sistema deverá enviar diretamente tais informações ao **SGZ – Sistema de Gestão de Zeladoria**, para possibilitar a abertura



automática de Ordens de Serviços de reparos;

V.III.VIII. As informações deverão ser atualizadas a cada 05 (cinco) dias no sistema;

V.III.IX. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% (sessenta) nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada elemento, a partir de relatórios técnicos;

V.III.X. Os elementos detectados, geolocalizados e fotografados automaticamente deverão ser armazenados em banco de dados e disponíveis em painéis relatórios com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;

V.III.XI. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.III.XII. Os elementos deverão ser identificados em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias



Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%



V.III.XIII. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade do sistema por meio de *inspeções* em campo de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando os defeitos e comparando com os dados do sistema;

V.III.XIV. No âmbito da prestação de serviços desse Edital, deverá haver uma equipe geral motoverificadores para apoiar o trabalho amostral em campo;

V.III.XV. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados.

45

V.IV. Monitoramento continuado da qualidade do serviço de recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionários:

V.IV.I. A identificação e geolocalização dos elementos deverá ser realizado de maneira automática por meio de dispositivos eletrônicos instalados em uma frota de veículos e sem a intervenção humana;

V.IV.II. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de defeitos no pavimento de interesse do CONTRATANTE;

V.IV.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas informações relativas aos elementos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos objetivos:

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e também por tipologia do defeito identificado;



V.IV.IV. O sistema deverá detectar os seguintes tipos de elementos oriundo de obras e serviços de concessionárias e permissionárias, como:

A. Buracos;

B. Fissuras Transversais;



C. Fissuras Longitudinais;

D. Solapamento;

E. Área Fresada;

F. Abaulamento;

V.IV.V. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de elementos, mediante solicitação do CONTRATANTE;

V.IV.VI. As informações deverão ser atualizadas ao menos a cada 05 (cinco) dias;

V.IV.VII. O sistema deverá integrar com o sistema **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**, **GAIA - Sistema de Monitoramento Continuado da Irregularidade Superficial do Pavimento da Malha Viária**;

V.IV.VIII. O sistema deverá monitorar as obras e serviços realizadas e informada pelas concessionárias e permissionárias previamente cadastradas no **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**;

V.IV.IX. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% (sessenta) nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.IV.X. Os elementos detectados, geolocalizados e fotografados automaticamente deverão ser armazenados em banco de dados e disponíveis em painéis e relatórios com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas

47



de *Business Intelligence*

V.IV.XI. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.IV.XII. As singularidades deverão ser identificadas em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%

V.IV.XIII. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade por meio de inspeções em campo em uma amostra de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando as recomposições asfálticas;

V.IV.XIV. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma



equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.IV.XV. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados.

V.V. Monitoramento continuado do estado de conservação ao longo do tempo da recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias.

V.V.I. A identificação e geolocalização das recomposições asfálticas deverá ser realizado de maneira automática por meio de dispositivos instalados em uma frota de veículos e sem a intervenção humana;

V.V.II. As recomposições asfálticas deverão ser geolocalizadas e fotografadas e essas informações devem ser armazenadas em banco de dados no decorrer do tempo, com evidências em épocas diferentes e disponibilizadas em painel e relatório gerencial para consulta;

V.V.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas informações relativas aos elementos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos objetivos:

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e também por tipologia do defeito identificado;

V.V.IV. O sistema deverá monitorar as recomposições asfálticas realizadas pelas concessionárias e permissionárias, gerando



mensalmente relatórios periódicos da deterioração da qualidade superficial do pavimento, com o objetivo de detectar os reparos que não atende as legislações, conforme os elementos abaixo:

- A. Buracos;
- B. Fissuras Transversais;
- C. Fissuras Longitudinais;
- D. Solapamento;
- E. Área Fresada;
- F. Abaulamento;

V.V.V. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de detecção de objetos ou de tipos de defeitos, mediante solicitação do CONTRATANTE;

V.V.VI. As informações deverão ser atualizadas a cada 05 (cinco) dias;

V.V.VII. O sistema deverá integrar com o sistema **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**, **GAIA - Sistema de Monitoramento Continuado da Irregularidade Superficial do Pavimento da Malha Viária**;

V.V.VIII. O sistema deverá monitorar as obras e serviços informada pelas concessionárias e permissionárias previamente cadastradas no **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**;

V.V.IX. O sistema deverá monitorar as obras e serviços concluídas das concessionárias e permissionárias previamente cadastradas no **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana**;

V.V.X. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize



registros fotográficos de ativos e defeitos do interesse do CONTRATANTE;

V.V.XI. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% (sessenta) nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.V.XII. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.V.XIII. Esses itens deverão ser identificados em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

51

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão



Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%
---------------------------------------	---------------------	---------------------

V.V.XIV. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade por meio de inspeções em campo em uma amostra de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando as recomposições asfálticas;

V.V.XV. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.V.XVI. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados.

52

V.VI. Monitoramento continuado das atividades descritas no Plano de Trabalho dos serviços de varrição:

V.VI.I. A identificação e geolocalização dos elementos descritos no Plano de Trabalho deverá ser realizado de maneira automática por meio de dispositivos instalados em uma frota de veículos próprio ou subcontratado e sem intervenção humana;

V.VI.II. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de ativos e de defeitos do interesse do CONTRATANTE;

V.VI.III. O sistema deverá prover uma consulta a essas



informações relativas aos objetos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos objetivos detectados;

A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e, também por tipologia de objeto identificado.

V.VI.IV. O sistema deverá detectar os seguintes tipos de elementos:

- A.** Existência de lixeiras transbordando e/ou danificadas;
- B.** Pontos de descarte de entulho e animais mortos;
- C.** Presença sacos do contrato de varrição de resíduos não recolhidos (sacos amarelos);
- D.** Presença de grama nas sarjetas;
- E.** Presença de grandes objetos no viário urbano;
- F.** Presença de galhardete/propaganda nos postes;

V.VI.V. Detectado o **item D**, o sistema deverá comparar com o sistema **FLIP -Fiscalização de Limpeza Pública** para identificar o tempo entre o último serviço e não a conformidade encontrada;

V.VI.VI. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de elementos mediante solicitação do CONTRANTE;

V.VI.VII. O sistema deverá integrar com o sistema **FLIP - Fiscalização de Limpeza Pública**;

V.VI.VIII. As informações deverão ser atualizadas a cada 05 (cinco) dias no sistema;

V.VI.IX. O sistema deverá emitir alertas de anomalias individuais para cada um dos contratos de limpeza e varrição, sendo contabilizado o período de tempo da última execução do serviço realizado;

V.VI.X. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão



computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.VI.XI. Os elementos detectados, geolocalizados e fotografados deverão ser armazenados em banco de dados e as evidências devem estar disponíveis em painéis e relatórios com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;

V.VI.XII. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.VI.XIII. Esses itens deverão ser identificados em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:

Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de	100% das vias	100% de toda a extensão



maior tráfego		
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%



V.VI.XIV. De forma amostral, o sistema deverá realizar a averiguação tecnológica de 30% da extensão de serviços de varrição descritos no Plano de Trabalho ao mês e medidos individualmente em cada um dos contratos.

V.VI.XV. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade por meio de inspeções em campo em uma amostra de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando as recomposições asfálticas;

V.VI.XVI. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.VI.XVII. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados;

V.VI.XVIII. Monitoramento continuado para a identificação de situações de necessidade de serviços urgentes:

V.VI.XIX. A identificação e geolocalização dos elementos dos Contratos de Varrição deverá ser realizado de maneira automática por meio de dispositivos instalados em uma frota de veículos próprio ou subcontratado e sem intervenção humana;

V.VI.XX. Essas informações deverão estar baseadas em tecnologia de visão computacional que automaticamente detecte, geolocalize e realize registros fotográficos de ativos e de defeitos do interesse do CONTRATANTE;

V.VI.XXI. O sistema deverá prover uma consulta a essas



informações relativas aos objetos, provendo todas as informações coletadas, permitindo a visualização das evidências através de fotos para cada um dos elementos detectados:



A. Tal visualização deverá ser feita por meio de filtros espaciais e temporais e, também por tipologia de objeto identificado.

V.VI.XXII. O sistema deverá detectar os seguintes tipos de elementos:

A. Existência de lixeiras transbordando e/ou danificadas;

B. Pontos de descarte de entulho e animais mortos;

C. Presença no viário, de sacos do contrato de varrição de resíduos não recolhidos(sacos amarelos);

D. Presença de capim nas sarjetas;

E. Presença de grandes objetos no viário urbano;

F. Presença de galhardete/propaganda nos postes;

V.VI.XXIII. O sistema deverá possibilitar o acréscimo de novas categorias de objetos mediante solicitação do CONTRATANTE;

V.VI.XXIV. O sistema deverá integrar com o sistema **FLIP - Fiscalização de Limpeza Pública**;

V.VI.XXV. As informações deverão ser atualizadas a cada 05 (cinco) dias;

V.VI.XXVI. O sistema deverá utilizar tecnologias de visão computacional por inteligência artificial, com o uso de redes neurais apropriadas e apresentar uma assertividade mínima de 60% nas categorias principais e será exigida uma comprovação individual de assertividade para cada objeto, a partir de relatórios técnicos;

V.VI.XXVII. Os elementos detectados, geolocalizados e fotografados deverão ser armazenados em banco de dados e as evidências devem estar disponíveis em painéis e relatórios com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no conceito de ferramentas de *Business Intelligence*;

V.VI.XXVIII. O sistema deverá disponibilizar um relatório, com informações gerenciais na forma de gráficos e tabelas consolidadas, no



conceito de ferramentas de *Business Intelligence* para a consolidação dessas informações por período de tempo, regiões, distritos, subprefeituras, bairros, logradouros e entre outros filtros;

V.VI.XXIX. Esses itens deverão ser identificados em toda a malha viária, comprovando a abrangência da solução com a seguinte métrica:



Extensão da via	Requisito mínimo de avaliação 03 meses após o início do serviço	Requisito mínimo de avaliação 06 meses após o início serviço
Vias menores que 500m	Mais que 40% das vias	Mais que 75% das vias
Vias entre 500 e 1.000m	Mais que 50% das vias	Mais que 80% das vias
Vias entre 1.000 e 5.000m	Mais que 55% das vias	Mais que 85% das vias
Vias maiores que 5.000m	Mais que 70% das vias	Mais que 90% das vias
200 vias mais importantes da cidade, de maior tráfego	100% das vias	100% de toda a extensão
Total (compromisso mínimo)	Mais que 50%	Mais que 80%

60

V.VI.XXX. A CONTRATADA deverá mensalmente produzir relatório de assertividade por meio de inspeções em campo em uma amostra de 20 (vinte) vias no mínimo, identificando as recomposições asfálticas;

V.VI.XXXI. No âmbito da prestação de serviços, deverá haver uma equipe de motoverificadores para apoiar o trabalho de campo;

V.VI.XXXII. Os relatórios emitidos através da fiscalização amostral deverão estar disponíveis no sistema e analisados tecnicamente com os apontamentos seguindo as legislações vigentes de períodos de garantia dos serviços executados;

VI. DO PRODUTO



VI.I. A CONTRATADA deverá prover informações eletrônicas com sistema decamadas habilitáveis geolocalizada com os seguintes indicadores:

VI.I.I. Relatórios, gráficos e mapas específicos e customizados para as necessidades do **MUNICÍPIO**;

VI.I.II. Visualização por região, distritos e subprefeituras do **MUNICÍPIO**;

VI.I.III. Visualização sobre cada empresa cadastrada no sistema;

VI.I.IV. Visualização sobre cada logradouro ou classificação viária e outras categorias de interesse do **MUNICÍPIO**;

VI.II. O banco de dados deverá ser do tipo relacionais de arquiteturas abertas de acesso por linguagem, SQL com tipos as informações descritas no item de escopo;

VI.III. Deverá ser elaborado um Dashboard interativos com agregações espaciais (bairros, ruas, região da cidade) de cada um dos objetos descritos;

VI.IV. Deverá haver a possibilidade de criação de novas soluções e relatórios corresponde à inclusão, alteração e exclusão de características e/ou funcionalidades em sistemas em produção, decorrentes de alterações de regras de negócio, a pedido da CONTRATANTE;

VI.V. Deverá haver acessibilidade e compatibilidade com diferentes tipos de dispositivos para acesso ao dashboards e relatórios, tais como desktops, notebooks; tablets e smartphones;

VI.VI. Deverá haver integrações com sistemas existente, tais como: **SGZ – Sistema de Gestão de Zeladoria**, **GEOINFRA – Gestão de Infraestrutura Urbana** e ao **GAIA - Sistema de Monitoramento Continuo da Irregularidade Superficial do Pavimento da Malha Viária**, **FLIP - Fiscalização de Limpeza Pública** e outros sistemas indicados pelo CONTRATANTE;



VII. ENTREGAS DOS SERVIÇOS EXECUTADO

VII.I Deverá haver credenciais de acesso ao sistema (login e senhas) para os técnicos da Prefeitura acessarem o painel de mapas eletrônicos e relatórios do sistema, com o intuito de fornecer a visualização de resultados;

VII.II. O sistema deverá realizar a anonimização dos dados, em atendimento à **LGPD** - *Lei Geral de Proteção de Dados* na aquisição, armazenamento e processamento dos dados;

VII.III. Deverá manter base de dados histórica de qualidade por um mínimo de 12(doze) meses após o término do contrato, podendo ser extraídos relatórios de evolução da qualidade mensalmente e\ou anualmente nesse período;

VII.IV. O sistema deverá estar na língua portuguesa, tanto seu manual como sua documentação também em português;

VII.V. Tanto o treinamento dos usuários, quanto o uso dos painéis e relatórios do sistema, já deverão estar incluídos no custo mensal da prestação de serviços;

VII.VI. Os mapas eletrônicos necessários para apresentação das informações deverão ser de base aberta (como o mapbox, o openstreetmap ou similares) e preferencialmente do tipo open source. Esses mapas devem possibilitar edições dos dados e a inclusão de novas camadas por parte da municipalidade;

VII.VII. Deverão ser fornecidas atualizações e upgrades do sistema durante todo o tempo da prestação de serviços;

VII.VIII. O sistema deverá ter uma estrutura que suporte receber



e integrar futuramente outras necessidades correlatas no conceito de cidades inteligentes, com outros tipos de dispositivo sobre a infraestrutura urbana.

VIII.IX. Deverá haver mecanismo para o controle e hierarquização de acesso em função de cada usuário;

VII.X. Deverá haver acessibilidade e compatibilidade com diferentes tipos de dispositivos para acesso ao dashboards e relatórios, tais como: Desktop, Notebook, Tablet, Smartphone;

VII.XI. Deverá haver a possibilidade de visualização de resultados em painel, tais como: Televisores, Projetores;

VII.XII. O sistema deverá prover a descaracterização automática de pessoas e placas de veículos (BLUR);

63

VIII. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

VIII.I. Os serviços discriminados neste Termo de Referência serão, em regra, executados nas instalações da CONTRATADA, visitas em campo;

VIII.II. Estima-se que aproximadamente 10% (dez por cento) do volume global a ser contratado seja executado nas instalações da **SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras**, observada a localidade pelo CONTRATANTE;

IX. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

IX.I. A CONTRATADA deverá:

IX.I.I. Executar regularmente o objeto do ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços



contratados;

IX.I.II. Garantir total qualidade dos serviços contratados;

IX.I.III. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

IX.I.IV. Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

IX.I.V. Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX.I.VI. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos; E observar as disposições contidas na Lei estadual n.º 14.186, de 15.07.2010 quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes;

IX.I.VII. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

IX.I.VIII. Manter os veículos de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigentes, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

IX.I.IX. Nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, proceder as anotações e registros (CTPS) pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou



previdenciários propostos por seus empregados;

IX.I.X. Atender a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

IX.I.XI. Elaborar Registro fotográfico da obra e serviço de concessionárias/permissionárias no sistema;

IX.I.XII. Elaborar um Mini-laudo com checklist da verificação *in loco* das obras e serviços de concessionárias/permissionárias direto no sistema;

IX.I.XIII. Estar com todas as funcionalidades operativas no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da ordem de início dos serviços;

IX.I.XIV. Disponibilizar equipe técnica para realização da administração e operação do ambiente técnico de forma a garantir a disponibilidade em regime 24x7 dos serviços, incluindo:

A. Especificar os equipamentos computacionais como servidores, roteadores, switches, firewall, nobreaks e demais equipamentos necessários a operação e relacionados a infraestrutura de datacenter;

B. Definição, Administração e Operação das rotinas de segurança de dados e acessos ao ambiente Técnico, incluindo políticas e métodos de acesso físico e lógico ao ambiente operacional;

C. Serviços de caráter eventual que contemplam o acompanhamento e suporte presencial na implantação de novas versões em produção de soluções de TI ou de sua infraestrutura, ou em situações que ensejem o acompanhamento e análise presencial durante a ocorrência de incidente;

D. Disponibilizar o atendimento técnico 8 horas por dia, 5 dias da semana, para todos os sistemas que compõem a carteira, devendo ser prestado por equipe capacitada para resolver problemas;



E. Executar todos os testes sobre o sistema disponibilizado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Estratégia de Testes do sistema e conforme planejamentodos testes para cada demanda/projeto, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;

IX.I.XV. Em todos os serviços de monitoramento, ter como meta trafegar mensalmente ao menos 08 (oito) vezes a somatória da extensão das vias do **MUNICÍPIO** (8 x 15.953 Km) com a frota de veículos equipados com os dispositivos eletrônicos, para que haja um conjunto de dados de tamanho suficiente para que a amostra estatística possa ser conclusiva para avaliar a qualidade;

IX.I.XVI. Manter mensalmente em operação no mínimo 40 (quarenta) dispositivos funcionando simultaneamente ao longo de todo o projeto;

IX.II. Além das obrigações acima mencionadas, a CONTRATADA será responsável por cumprir todas as exigências e obrigações relacionadas em sua proposta;

IX.III. A CONTRATADA deverá hospedar o sistema em ambiente tecnológicoindicado pela CONTRATANTE;

IX.IV. A CONTRATADA será responsável pela instalação e/ou configuração nos ambientes de homologação do sistema, necessário ao funcionamento do sistema oudas funcionalidades relacionadas com a demanda de manutenção;

IX.V. Na inexistência ou indisponibilidade das interfaces com as quais o sistema se relaciona no ambiente de testes ou homologação, a CONTRATADA deverá implementar roteiros de testes para realização dos testes;

IX.VI. A CONTRATADA responderá por atos que venham a ser praticados pelos profissionais a serviço do CONTRATANTE, sejam por imperícia, por



negligência ou por quaisquer outros motivos que venham a culminar em acidentes no trânsito ou outros que venham a causar problemas ao CONTRATANTE com relação aos documentos ou objetos sob sua responsabilidade;

X. SUBCONTRATAÇÃO

X.I. A Subcontratação será permitida somente mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá subcontratar, de segunda à sexta, de forma ininterrupta;

X.II. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional;

X.III. A frota de veículos que circulará com os dispositivos de visão computacional poderá ser própria da CONTRATADA e/ou terceirizada sob a responsabilidade deste, bem como o serviço de motoverificação;

X.IV. A autorização dada pelo CONTRATANTE é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela CONTRATADA;

X.V. Cabe à CONTRATADA zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação;

X.VI. Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas;

X.VII. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:



X.VII.I. Submissão, pela CONTRATADA, de pedido fundamentado de subcontratação, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;

X.VII.II. Autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE para a subcontratação;

X.VII.III Apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do certame licitatório;

X.VII.IV. Análise e aprovação por escrito, pelo CONTRATANTE, da documentação apresentada pela subcontratada. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida no item anterior poderá ser substituída pela CONTRATADA, mantido o objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo CONTRATANTE;

X.VII.V. Apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a contratada e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

X.VIII. Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pelo CONTRATANTE. A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto neste documento, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do contrato.

XI. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

XI.I. O CONTRANTE deverá:

XI.I.I. Cumprir e exigir o cumprimento do Contrato e das disposições



legais que regem;

XI.I.II. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

XI.I.III. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

XI.I.IV. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;

XI.I.V. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

XI.I.VI. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sétima deste Termo de Referência;

XI.I.VII. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

XI.I.VIII. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para contratação;

XI.I.IX. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014;

XII. MÉTRICAS DE QUALIDADE DO SERVIÇO E MEDIÇÃO



Para efeito de quantificação de medição, métricas distintas e complementares serão utilizadas para medição e avaliação das atividades de cada grupo de trabalho conforme descrito a seguir:

XII.I. Os serviços serão mensurados em conjunto, pela extensão total de vias percorridas, na forma desse edital.

XII.II. Deverá ser produzido mensalmente pela CONTRATADA e avaliado pelo CONTRATANTE um relatório técnico, incluindo evidências, com as seguintes informações:

XII.II.I. NKMM - Número de quilômetros (Km) avaliados no Mês da medição:

A. Para o pagamento integral dos serviços, esse indicador deverá ser igual ou maior a 50% de 15.953 a cada mês apurado após o terceiro mês de medição conforme itens **V.I.X., V.II.XII, V.III.XII, V.IV.XII, VI.V.XIII, VI.VI.XIII, VI.VII.XI** ;

B. Esse indicador somente poderá ser apurado após 90 dias do início da prestação dos serviços;

XII.II.II. NKMT- Número de quilômetros (Km) avaliados nos últimos 03 (três) meses de medição (90 dias):

C. Para o pagamento integral dos serviços, esse indicador deverá ser igual ou maior a 80% conforme itens **V.I.X., VI.II.XII, V.III.XII, V.IV.XII, VI.V.XIII, VI.VI.XIII, VI.VII.XI**;

A. Esse indicador somente poderá ser apurado após 90 dias do início da prestação dos serviços;

XII.II.III. NKMPER - Número de quilômetros (Km) Percorridos pelo conjuntode veículos com sensores no mês da medição:



A. Para o pagamento integral dos serviços, esse indicador deverá ser igual ou maior a 127.624 Km (oito vezes a extensão das vias do **MUNICÍPIO**) mensalmente, conforme item **IX.I.XV**;

XII.II.IV. NEQUIP - *Número de dispositivos de visão computacional em funcionamento em campo no mês da medição:*

A. Para o pagamento integral dos serviços de sustentação, esse indicador deverá ser igual ou maior a 40 equipamentos, conforme o item **IX.I.XVI**;

XII.II.V. NVIAS - *Relatório técnico de averiguação de vias:*

A. Será a produção de um relatório mensal com todas as detecções realizadas na prestação mensal do serviço e a averiguação amostral de campo. com mínimo de 30 vias verificadas e os resultados comparados com a detecção automática.

71

Para o pagamento integral dos serviços deverá ser apresentado esse relatório de ao menos 20 (vinte) vias, conforme o **V.I.XI**, **V.II.XIII**, **V.III.XIII**, **V.IV.XIII**, **VI.V.XIV**, **VI.VI.XV**, **VI.VII.XII**;

XII.III. O valor da medição deverá ser calculado pelo fiscal do contrato, proporcionalmente aos índices atingidos na medição, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CVMM (em \%) = 100 X \left(\frac{NKMM}{(50\% \text{ de } 15.953 \text{ Km})} X \frac{NKMT}{(80\% \text{ de } 15.953)} X \frac{NKMPER}{127.680 \text{ Km}} X \frac{NEQUIP}{40} X \frac{NVIAS}{20} \right)$$



XII.IV. O coeficiente CVMM variará de zero a 100% e **o valor a ser pago pelo MUNICÍPIO ao PROPONETE referente ao mês da medição mensal** será igual à **CVMM** - *Coeficiente de cálculo do valor mensal da medição* multiplicado pelo valor previsto de pagamento para o mês da medição, segundo o cronograma físico-financeiro.

Observações:

- A.** “X” na fórmula corresponde à operação de multiplicação;
- B.** nenhum fator da fórmula acima poderá superar o valor 1,00 (um). Ao superar, deve-se adotar 1,00 (um) para o fator que superar;
- C.** a componente da fórmula $\frac{NKMM}{(50\% \text{ de } 15.953 \text{ Km})}$ somente será aplicada após a terceira medição, pois corresponde ao um índice que somente poderá ser levantado após três meses de operação. Enquanto não for levantado, deverá ser igual a 1,00 (um);
- D.** a componente da fórmula $\frac{NKMT}{(80\% \text{ de } 15.953)}$ somente será aplicada após a sexta medição, pois corresponde ao um índice que somente poderá ser levantado após seis meses de operação. Enquanto não for levantado, deverá ser igual a 1,00 (um);

72

XIII. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

XIII.I. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o Cronograma Contratual;

XIII.II. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

XIII.III. Caso venha ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 07/01/2012;



XIII.IV. A Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

XIII.V. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA;

XIII.VI. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas;

XIII.VII. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos;

XIII.VIII. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

XIII.VIII.I. Cartão CNPJ atualizado;

XIII.VIII.II. Contrato Social e Ata da Assembleia em Vigor;

XIII.VIII.III. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

XIII.VIII.IV. Certidão negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;

XIII.VIII.V. Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do



Município de São Paulo;

XIII.VIII.VI. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

XIII.IX.VII. CADIN Municipal – Consulta de Inscritos; **XIII.IX.VIII.**

Comprovante de Recolhimento de Contribuição; **XIII.IX.IX.** Nota fiscal ou Nota fiscal fatura devidamente atestada;

XIII.VIII.VII. Ateste dos serviços executados;

XIII.VIII.VIII. Serão exigidos ainda outros documentos relacionados na Portaria nº92/14 – SF alterada pela Portaria nº 08/16 – SF;

XIII.VIII.IX. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas comefeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

XIII.VIII.X. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010;

XIII.VIII.XI. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, quanto às normas referentes aopagamento de fornecedores;

XIII.IX. A **SMSUB** - *Secretaria Municipal das Subprefeituras* promoverá, previamente a qualquer desembolso em benefício da empresa vencedora do procedimento licitatório, a verificação no site <http://wwwa.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> de qualquer pendência no Cadastro Informativo Municipal (CADIN) da Prefeitura do Município de São Paulo, sendo que se for verificada a existência de registro no CADIN em nome da empresa vencedora do procedimento licitatório, incidirão as disposições do artigo 30 da Lei Municipal n.º 14.094, de 06 de dezembro de 2005, suspendendo-se o pagamento enquanto perdurar o registro, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 9º do Decreto Municipal n.º 47.096, de 21 de março de 2006.

XIII.X. O pagamento será realizado por intermédio de crédito em



conta corrente ou por outra modalidade que possa vir a ser determinada pela Gerência Financeira (GFI), em 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão do Termo de Aceite de Pagamento.

XIV. DA EQUIPE TÉCNICA

XIV.I. A equipe técnica alocada pela CONTRATADA para essa demanda deverá possuir, no mínimo, os profissionais abaixo relacionados na tabela, com as devidas formações e qualificações:



Profissional	Formação e função
Coordenador Geral	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de coordenação e de responsabilidade técnica de operação, manutenção e atualização de todo o sistema de monitoramento;
Coordenador Setorial	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de coordenação e de responsabilidade técnica de TI, de operação, manutenção e atualização de todo o sistema de Tecnologia da Informação implantado no âmbito da prestação de serviços.
Engenheiro/Arquiteto Sênior	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica responsável pela parametrização do Sistema em função dos tipos de ativos e defeitos encontrados;
Engenheiro/Arquiteto Pleno	Engenheiro Civil/Arquiteto e/ou Engenheiro de Computação/Eletrônica com a função de analisar e fiscalizar os requisitos técnicos do sistema e realizar as parametrizações necessárias;
Engenheiro/Arquiteto Junior	Engenheiro Civil/Arquiteto com a função de realizar testes de campo com os dispositivos submetidos a novas condições de pavimentos e averiguar a acuracidade do sistema.
Arquiteto de Sistemas	Profissional com a função de manter e evoluir a arquitetura do sistema, de modo a garantir o bom desempenho e tornar o processamento ágil. Definição da arquitetura das aplicações: Delimita e integra componentes e suas funcionalidades; Relatórios técnicos sobre a arquitetura; Gerencia repositório de componentes objetivando reutilização; Orienta e implementa processo de engenharia de software adequado ao desenvolvimento na tecnologia selecionada;

76



Administrador de Banco de Dados	<p>Profissional com a função de garantir otimizações no processamento de informações em banco de dados com grande volume de informações de tempo real. Apoio na implementação, otimização e manutenção da arquitetura tecnológica de armazenamento de dados, desenvolvimento dos fluxos de entrada de dados e gestão de grandes conjuntos de dados;</p> <p>Aplicação de técnicas analíticas e extração de informações relevantes e otimização dos conjuntos de dados em bancos de dados para o processamento em larga escala;</p>
Administrador De Rede Lan/Wan	Profissional com função de configuração de rede para a coleta de dados de dispositivos;
Analista De Segurança Da Informação	Profissional com função de atendimento da Lei da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e protocolos de segurança;
Coordenador De Operações	Profissional com função de coordenar o fluxo de veículos com o dispositivo eletrônico de detecção dos elementos e fazer a gestão do funcionamento do sistema;
Cientista de Dados	Profissional com a função de conceber algoritmos para identificar padrões em grandes volumes de dados e desenvolver tecnologias e métodos de predição de resultados para suporte à técnicas de Inteligência Artificial.
Analista De ERP / Portais / Processo / BI / CRM / IA	Profissional com a função de integrar todas as partes do sistema de T.I., de forma a gerar os resultados esperados.
Analista de Suporte de Sistemas	Profissional com a função de fornecer o serviço de suporte técnico ao sistema e aos usuários. Também tem a função de garantir uma SLA de 24x7 para o sistema, mantendo sistemas em funcionamento.

77

XIV.II. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais que se enquadrem nos requisitos contidos na **TABELA** acima;

XIV.III. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, quando da necessidade de alteração no quadro da equipe técnica;



XV. VALIDAÇÃO DA TECNOLOGIA

XV.I. A CONTRATADA deverá comprovar que detém a tecnologia do serviço a ser prestado, instalando, em até 05(cinco) dias úteis após a homologação;

XV.II. O sistema em teste deverá estar funcionando ininterruptamente por 05(cinco) dias uteis, com dispositivos instalados em 02(dois) veículos, 01 (um) em veículo próprio e outro em veículo do CONTRATANTE, apresentando os relatórios desse período emanados pelo sistema e atendendo a todos os itens desse edital;



XV.III. No caso de não atendimento, a próxima colocada do certame será chamada para fazer o respectivo teste;

XV.IV. O não atendimento deste teste desclassificará a CONTRATADA e sujeitará às sanções previstas em lei;

XV.V. É responsabilidade da CONTRATADA às atividades de apoio, acompanhamento, suporte e atendimento às ocorrências de erro durante a homologação dos serviços;

XVI. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Apresentação de atestados / certidões / declarações fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

XVI.I. Para fins de compatibilidade, serão considerados os atestados/certidões/declarações que comprovem que a licitante prestou serviços em projetos de monitoramento e GeoMapeamento para controle e gestão de infraestrutura urbana.

As certidões, diplomas e atestados deverão atestar os profissionais com as exigências de competência técnica mínimas abaixo:

XVI.I.I. Coordenador Geral

A. Engenheiro Civil/Arquiteto ou Engenheiro de Computação/Eletrônica – Mais de 20 anos de experiência;

B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Doutorado na Área



de Engenharia;

C. Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na área, comprovado por currículo;

D. Registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;

E. Dotado de Certificado de Acervo Técnico devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;

F. Experiência em coordenação de obras e serviços de infraestrutura, preferencialmente em pavimentação;

XVI.I.II. Coordenador Setorial

A. Engenheiro Civil/Arquiteto ou Engenheiro de Computação/Eletrônica – Mais de 20 de experiência;

B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Doutorado na Área de Engenharia;

C. Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na Área de área de sistemas digitais, dispositivos de TI e desenvolvimento de software, comprovado por currículo;

D. Registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;

E. Dotado de Certificado de Acervo Técnico devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;



XVI.I.III. Engenheiro/ Arquiteto Sênior - Coordenador da Equipe de TI

- A.** Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia de Computação/Eletrônica;
- B.** Pós-Graduação *stricto sensu* em programa de Doutorado na Área de Engenharia;
- C.** Mínimo de 120 (cento e vinte) meses de experiência na Área, comprovado por currículo;
- D.** Registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;
- E.** Dotado de **CAT** - *Certificado de Acervo Técnico*, devidamente acervado no Conselho Profissional competente, comprovando serviços de Coordenação e responsabilidade técnica de projetos de monitoramento de qualidade de vias;

XVI.I.IV. Engenheiro/Arquiteto Pleno

- A.** Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia de Computação/Eletrônica;
- B.** Pós-Graduação *stricto sensu* em programa de Mestrado ou Doutorado na Área de Engenharia;
- C.** Mínimo de 48 (quarenta e oito) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- F.** Registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;
- D.** **ART** - *Anotações de Responsabilidade Técnica* recolhidas de serviços de engenharia em projetos semelhantes;



XVI.I.V. Engenheiro/ Arquiteto Junior:

- A. Engenheiro com graduação em Engenharia Civil e/ou Engenharia da Computação/Eletrônico;
- B. Pós-Graduação stricto sensu em programa de Mestrado ou Doutorado na Área de Engenharia;
- C. Mínimo de 48 (quarenta e oito) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- D. Registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;
- E. **ART** - *Anotações de Responsabilidade Técnica* recolhidas de serviços de engenharia em projetos semelhantes;

XVI.I.VI. Arquiteto de Sistemas:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação;
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;
- C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;

XVI.I.VII. Administrador de Banco de Dados:

- A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação
- B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de



experiência na área, comprovado por currículo;

C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;

XVI.I.VIII. Analista de Teste:

A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação;

B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;

C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;

XVI.I.IX. Analista De ERP / PORTAIS / PROCESSO / BI / CRM / IA:

A. Graduação de nível superior em Engenharia de Computação/Eletrônica, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação

B. Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de experiência na área, comprovado por currículo;

C. Caso possua formação acadêmica em Engenharia, deverá apresentar o registro profissional ativo no **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*;



XVI.II. Certidão(ões) de **CAT** - *Acervo Técnico*, e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo **CREA** - *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando serviços análogos e de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores à do objeto contratual;

XVI.III. O **CAT** - *Acervo Técnico*, deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional (is) que tenham vínculo contratual ou societário com a CONTRATADA na data da apresentação da proposta, sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do **CONFEA** - *Conselho Federal de Engenharia e Agronomia* e relacionadas à coordenação, execução e/ou fiscalização dos serviços, serviços esses realizados em projetos de levantamento de qualidade de pavimentos de vias cuja extensão avaliada seja próxima ao que será encontrado no município de São Paulo;

Os profissionais deverão exercer profissão regulamentada e fornecer atestados de filiação ao Conselho profissional competente.

XVI.IV. Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade:

XVI.IV.I. Conter o nome, cargo ou função, dados de identificação (CPF e identidade), telefone e e-mail de contato do(s) seu(s) emissor(es);

XVI.IV.II. Conter a descrição geral objeto dos serviços prestados;

XVI.IV.III. Conter expressamente se o serviço foi ou está sendo



executado de forma satisfatória;

XVI.IV.IV. Conter a data de início da prestação dos serviços;

XVI.IV.V. Serão aceitas comprovações de experiência das licitantes em serviços realizados exclusivamente no Brasil;

XVI.IV.VI. A licitante poderá apresentar atestados, certidões e/ou declarações de serviços executados em quaisquer regiões do país para comprovação da compatibilidade;

XVI.IV.VII. Os atestados / certidões / declarações / currículos devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;

XVI.IV.VIII. Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre;

XVI.IV.IX. Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

XVI.IV.X. Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

XVI.IV.XI. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos visa



evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional da licitante em executar o volume de serviço previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionado à comprovação da capacidade de execução do objeto, aceita como legítima pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287/2008 – Plenário);



ANEXO I - A
PLANILHA VALOR REFERENCIAL

PROPOSTA									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL SEM BDI	BDI - PAV	VALOR BDI
1	SIURB - INFRA	03-25-00	Coordenador Geral	H	360,00	R\$ 413,51	R\$ 148.863,60	22,76%	R\$ 182.744,96
2	SIURB - INFRA	03-26-00	Coordenador Setorial	H	360,00	R\$ 413,51	R\$ 148.863,60	22,76%	R\$ 182.744,96
3	SIURB - INFRA	03-27-00	Engenheiro/ Arquiteto Sênior	H	3.960,00	R\$ 266,37	R\$ 1.054.825,20	22,76%	R\$ 1.294.903,42
4	SIURB - INFRA	03-29-00	Engenheiro/ Arquiteto Pleno	H	6.408,00	R\$ 154,74	R\$ 991.573,92	22,76%	R\$ 1.217.256,14
5	SIURB - INFRA	03-30-00	Engenheiro/ Arquiteto Junior	H	8.544,00	R\$ 111,49	R\$ 952.570,56	22,76%	R\$ 1.169.375,62
6	PRODESP	1.1.3.2	Arquiteto De Sistema - Nível 2	H	4.272,00	R\$ 223,79	R\$ 956.030,88	-	R\$ 956.030,88
7	PRODESP	2.1.5.4	Coordenador De Operações - Nível 3	H	4.272,00	R\$ 217,08	R\$ 927.365,76	-	R\$ 927.365,76
8	PRODESP	2.1.5.3	Analista De Banco De Dados SQL - Nível 3	H	7.680,00	R\$ 146,70	R\$ 1.126.656,00	-	R\$ 1.126.656,00
9	PRODESP	2.1.4.3	Administrador De Rede Lan/Wan - Nível 3	H	4.032,00	R\$ 136,99	R\$ 552.343,68	-	R\$ 552.343,68
10	PRODESP	2.1.7.3	Analista De Segurança Da Informação - Nível 3	H	2.136,00	R\$ 158,18	R\$ 337.872,48	-	R\$ 337.872,48
11	PRODESP	1.1.11	Cientista de Dados	H	1.300,00	R\$ 207,29	R\$ 269.477,00	-	R\$ 269.477,00
12	PRODESP	2.1.2.2	Analista de Suporte - Nível 2	H	2.136,00	R\$ 104,10	R\$ 222.357,60	-	R\$ 222.357,60
13	CARDTEC	Volume 11 - MotoFrete	Motoverificador	UNL	96,00	R\$ 5.809,13	R\$ 557.676,48	-	R\$ 557.676,48
14	SIURB - INFRA	94219	Carro Popular	H	30.629,76	R\$ 59,30	R\$ 1.816.344,77	22,76%	R\$ 2.229.744,84
15	PREÇO DE MERCADO	-	Câmera Veicular Full HD	UNL	40,00	R\$ 715,19	R\$ 28.607,60	22,76%	R\$ 35.118,69
16	PREÇO DE MERCADO	-	Processadores de IA embarcados	UNL	40,00	R\$ 3.431,22	R\$ 137.248,80	22,76%	R\$ 168.486,63
TOTAL									R\$ 11.430.155,12
Tabela de preços de insumos de informática PRODESP (diário oficial poder executivo - seção i - 25/03/ 2022)									
Tabela de SIURB - infra - JAN/2022									
Nos itens de 6,7,8,9,10,11,12 não tem aplicação de BDI									
Pesquisa de Mercado realizado no mês de Julho/2022									

Valor referencial		
VALOR ANUAL COM BDI	EXTENSÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO (KM)	VALOR MENSAL - REFERÊNCIA POR KM AVALIADO (R\$/KM)
R\$ 11.430.155,12	15.953,00	R\$ 59,71



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB - COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

ENDEREÇO: Rua Líbero Badaró nº 504 - 23º andar

A empresa, estabelecida na..... nº,
complemento:.....,C.N.P.J. nº, telefone:
....., FAX:, Bairro, Cidade:
....., Estado:, e-mail:, pelo presente,
propõe o fornecimento dos itens abaixo, conforme especificações técnicas contidas no **ANEXO I** do edital do pregão em referência, nas seguintes condições:

Disponível através do link: l1nq.com/zrhn

Valor Total: R\$ _____ (por extenso)

- 1. PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O prazo para início da execução dos serviços será o constante na Ordem de Início fornecida pela PMSP.
- 2. VALIDADE DA PROPOSTA:** (*valor por extenso*) dias corridos contados a partir da data da apresentação da proposta (**NÃO INFERIOR A 60 DIAS CORRIDOS**).
- 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Consoante Contrato.
- 4. DADOS BANCÁRIOS**



4.1. Informar dados bancários (nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente) da empresa, necessariamente do Banco do Brasil, nos termos do Decreto Municipal nº 51.197, de 22.01.2010, para efeito de pagamento

BANCO DO BRASIL (OBRIGATÓRIO)

Agência: _____ - ____

Conta Corrente: _____ - _____

A proponente declara que nos preços acima estão incluídos, além do lucro, inclusos todos os impostos, taxas, descontos, garantindo a qualidade dos serviços, conforme especificações técnicas, bonificações, inclusive custo do orçamento e excluídos quaisquer encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

A proponente declara ainda que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todos os termos e condições do edital relativo à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal nº 10520/02, e Lei Municipal n.º 13.278/02, que integrarão o ajuste correspondente.

Local e Data

(assinatura do responsável da firma proponente)



ANEXO II – A

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULO.

Disponível através do link: l1nq.com/zrhn



ANEXO II - B
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

BDI - SEM DESONERAÇÃO
PAVIMENTAÇÃO

Escritório Central	6,67%	1,0667
Lucro Bruto	8,00%	1,1521
IMPOSTOS:		
Cofins	3,00%	
PIS	0,65%	
ISS	2,50%	1,22758
BDI - PAVIMENTAÇÃO		22,76%

- 1) BDI utilizado pela SMSUB, adotando como parâmetro a Tabela SIURB, para composição dos valores referenciais.
- 2) Cada licitante deverá apresentar a sua composição de BDI.



**ANEXO III
HABILITAÇÃO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ATESTANDO SOB AS PENAS DA LEI QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA
INSCRITA NO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS - SGZ.

Pelo presente, a empresa, com sede na, nº....., inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº....., declara sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III – A
MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS - SGZ.

À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa, com sede na, nº, C.N.P.J. nº, **DECLARA**, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está cadastrada e não possui débitos junto à Fazenda do Município de São Paulo.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III – B
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede à Rua/Av. _____, encaminha o presente para análise econômico-financeira de nossa empresa comprovação de boa situação financeira da empresa será aferida por meio dos índices de: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{array}{l}
 \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG : } \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não circulante}} \geq 1,00 \\
 \\
 \text{Ativo Total} \\
 \text{SG : } \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não circulante}} \geq 1,00 \\
 \\
 \text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC : } \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00
 \end{array}$$

Os índices calculados, obrigatoriamente acompanharão as Demonstrações Contábeis.

Liquidez Geral (LG) – índice maior ou igual a 1,00
 Solvência Geral (SG) – índice maior ou igual a 1,00
 Liquidez Corrente (LC) – índice maior ou igual a 1,00

São Paulo, ____ de _____ de 20__

 Assinatura do Contador/Técnico
 Contabilidade* (Nome/CPF/CRC)

 Assinatura do representante legal*
 (Nome/CPF/RG)

*Reconhecer firma das assinaturas

Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB
 Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
 Telefone: 011-4934-3212/3213/3207 - e-mail:cogelsmsp@smusbprefeitura.sp.gov.br



ANEXO III – C
DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES
(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022
Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

(Nome da pessoa jurídica) Inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº..... por intermédio de seu representante legal senhor(a)....., portador da cédula de identidade nº.....e inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº....., para fins de participação no Pregão em epígrafe, DECLARA que Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e que obedece à norma contida no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos).

Local e data.

(assinatura do responsável da firma proponente)

Nome/CPF/RG/Cargo



ANEXO III – D

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO

À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022
Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

A Empresa _____, sediada na rua _____, nº _____, _____ (cidade) _____ (estado) _____ inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o nº _____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III – E
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM A SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO DA
DELEGACIA DO TRABALHO
(em papel timbrado da licitante)

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022
Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS.

A empresa, com sede na, nº, C.N.P.J. nº, *DECLARA*, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que apresentará, por ocasião da lavratura de cada contrato, a Certidão de Registro no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) expedida pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Delegacia do Trabalho de acordo com o Artigo 162 da CLT e regulamentada pela NR4 da Portaria 3214/78, ou documentos equivalentes e que atenderá toda a legislação vigente sobre a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III-F
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022
Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone:, fax:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado:, DECLARA para fins de prova da qualificação técnica-profissional no âmbito do Pregão Eletrônico nº 0XX/SMSUB/COGEL/2022, que o profissional abaixo relacionado integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para a prestação de serviços de

NOME DO PROFISSIONAL	VÍNCULO PROFISSIONAL

Local e data

(assinatura do responsável da licitante)

Nome
RG/CPF
Cargo

Eu, ____ (profissional a ser contratado) ____, registrado no CREA sob nº ____, declaro estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente conforme o estipulado no edital do Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022 e seus anexos, bem como me responsabilizo pela execução dos serviços e em assinar o respectivo livro de ordem e mantê-lo em conformidade às normas do Conselho ao qual estou submetido.

Local e data

(assinatura do responsável da licitante)

Nome
RG/CPF



**ANEXO III-G
DECLARAÇÃO CONJUNTA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 036/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO: 6012.2022/0010230-4

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor global mensal

TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPORTE, MANUTENÇÃO ADAPTATIVA E EVOLUTIVA NO SISTEMA INFORMATIZADO DENOMINADO DE PAINEL ZELADORIA, QUE CONSISTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS PARA O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ZELADORIA ATRIBUÍDA A SMSUB – SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS.

(Nome da Licitante) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA:**

a) MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO - ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos; **Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). (observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).**

b) MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INCURSÃO NAS PENAS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ARTIGO 87, INCISOS III E IV, E DA LEI FEDERAL Nº 10.502/02, ART. 7º.

que não está incurso nas penas disciplinadas no artigo 87, incisos III e e/ou IV da Lei Federal nº 8.666/93, bem assim no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, não tendo sido declarada inidônea, nem se encontrando suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

Local do estabelecimento, de _____ de 2022.

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N°...../...../...../20...
Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/SMSUB/COGEL/2022

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA ZELADORIA URBANA NO MUNICÍPIO BASEADO EM VISÃO COMPUTACIONAL COM SENSORES INSTALADOS EM VEÍCULOS - SGZ.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 49.269.236/0001-17, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 405 - 23º andar - Centro, São Paulo - SP, representada pela Chefe de Gabinete, Sra. **RODE FELIPE BEZERRA**, em conformidade com a Portaria nº 14/SMSUB/2019, ora denominada **CONTRATANTE** e a empresa (*inserir os dados da contratada*), denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a execução deste instrumento, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações subsequentes, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03 e alterações, conforme despacho autorizatório acostado ao doc. nº ... publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, em xx/xx/2022, página xx, sessão xx, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital de Pregão nº 036/SMSUB/COGEL/2022, que integram o presente independentemente de transcrição.



1. DO OBJETO:

A contratação de serviços especializados e continuados de monitoramento eletrônico digital da qualidade de ativos urbanos ao longo das vias públicas, utilizando como ferramenta um Sistema Tecnológico Integrado baseado em visão computacional e inteligência artificial para ganho de escala na identificação de necessidades de ações de zeladoria e de incremento de eficiência e de qualidade dos Serviços de Zeladoria no MUNICÍPIO, com o seguinte escopo e serviços:

- A. Identificação e cadastro automatizado de ativos urbanos ao longo das vias públicas do MUNICÍPIO;
- B. Monitoramento continuado do estado de conservação dos ativos urbanos 4 ao longo das vias públicas do MUNICÍPIO e alertas de necessidades de manutenção;
- C. Monitoramento continuado dos elementos presentes no pavimento das vias públicas;
- D. Monitoramento continuado da qualidade de execução do serviço de recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;
- E. Monitoramento continuado do estado de conservação ao longo do tempo da recomposição asfáltica executada pelas concessionárias e permissionárias;
- F. Monitoramento continuado das atividades descritas no Plano de Trabalho dos serviços de varrição;
- G. Monitoramento continuado para a identificação de situações de necessidade de serviços urgentes;

1.1. Os Serviços especializados deverão ser executados conforme segue, sem prejuízo das definições contidas no Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital do Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022 e anexo a este.

1.2. Deverão ser observadas, ainda, todas as especificações contidas na Proposta da contratada encartada no Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4, que ora faz parte integrante do presente contrato para todos seus efeitos.



2- DA QUANTIDADE E PREÇOS CONTRATADOS

2.1. A contratada prestará o serviço objeto deste contrato na quantidade estimada conforme segue:

Item	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1	Coordenador Geral	H	360,00		R\$ 0,00
2	Coordenador Setorial	H	360,00		R\$ 0,00
3	Engenheiro/ Arquiteto Sênior	H	3.960,00		R\$ 0,00
4	Engenheiro/ Arquiteto Pleno	H	6.408,00		R\$ 0,00
5	Engenheiro/ Arquiteto Junior	H	8.544,00		R\$ 0,00
6	Arquiteto De Sistema - Nível 2	H	4.272,00		R\$ 0,00
7	Coordenador De Operações - Nível 3	H	4.272,00		R\$ 0,00
8	Analista De Banco De Dados SQL - Nível 3	H	7.680,600		R\$ 0,00
9	Administrador De Rede Lan/Wan - Nivel 3	H	4.032,00		R\$ 0,00
10	Analista De Segurança Da Informação - Nível 3	H	2.136,00		R\$ 0,00
11	Cientista de Dados	H	1.300,00		R\$ 0,00
12	Analista de Suporte - Nível 2	H	2.136,00		R\$ 0,00
13	Motoverificador	H	96,00		R\$ 0,00
14	Carro Popular	H	30.629,76		R\$ 0,00
15	Câmera Veicular Full HD	H	40,00		R\$ 0,00



16	Processadores de IA embarcados	H	40,00	R\$ 0,00
----	--------------------------------	---	-------	----------

TOTAL		R\$
Tabela de preços de insumos de informática PRODESP (diário oficial poder executivo - seção i - 25/03/ 2022)		
Tabela de SIURB - infra - JAN/2022		
Nos itens de 6,7,8,9,10,11,12 não tem aplicação de BDI		
Pesquisa de Mercado realizado no mês de Julho/2022		
Valor referencial		
VALOR ANUAL COM BDI	EXTENSÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO (KM)	VALOR MENSAL - REFERÊNCIA POR KM AVALIADO (R\$/KM)
R\$ 11.430.155,12	15.953,00	R\$ 59,71

2.2. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ (.....).

2.3. O(s) preço(s) unitário(s) referido(s), contempla(m) todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (BDI) e constituirá(ão) a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços.

2.4. Para fazer frente as despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº..... do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº....., no valor de R\$ (.....).

2.5. O valor e quantidade contratados deve respeitar a quantidade estimada no Edital de Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados na forma e condições estabelecidas por meio desse contrato e dos anexos, em especial o Termo de Referência, que contém sua descrição, detalhamento, condições, forma e prazo de execução.

3.2. Todas as informações e comunicações entre a SMSUB e a CONTRATADA, deverão ser feitas por escrito. Todas as decisões resultantes de reuniões realizadas entre as partes deverão ser formalizadas mediante troca de correspondência por meio digital, e-mail ou processo eletrônico (SEI!), devidamente encartados no processo e em ordem cronológica.



3.3. A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer título, reproduzir ou copiar, ceder, transferir ou vender os sistemas e/ou os aplicativos implantados, sem o expresso consentimento da **SMSUB**, ressalvada a previsão do art. 2º, §5º, da Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998.

3.3.1. Sem prejuízo do contido no item 3.3 deste contrato a **CONTRATADA** obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes.

3.3.2. A **CONTRATANTE** obriga-se a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas adequadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

3.4. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** poderá valer-se de pessoal próprio, integrantes de seu Quadro de Pessoal, como também de recursos contratados por ela, **CONTRATADA**, sob sua exclusiva e única responsabilidade e supervisão, entregáveis e o relacionamento com o pessoal alocado na prestação dos serviços, não configurando, sob nenhuma hipótese, cessão de mão-de-obra à **CONTRATANTE**, atuando a equipe disponibilizada pela **CONTRATADA** na execução do objeto contratado sob sua única, exclusiva e integral responsabilidade.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços acordados poderão ser reajustados anualmente, com base na Lei Federal nº 10.192/01, no Decreto Municipal nº 25.236/87 e no Decreto Municipal nº 48.971/07, e aplicando-se a modalidade de reajustamento sintético, observando-se as demais normas que regulamentam a matéria, e mediante a utilização do índice IPC FIPE divulgado pela PMSP, através de Portaria da Secretaria Municipal de Finanças.

4.2. Os preços somente poderão ser reajustados após um ano da data-limite para apresentação da proposta, nos termos do Decreto Municipal nº 48.971/07.

4.3. Para fins de reajustamento em conformidade com o art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01, o índice inicial (Io) e o preço inicial (Po) terão como data base aquela correspondente à data limite para apresentação da proposta.

4.3.1. Fica vedado novo reajuste pelo prazo de um ano.

4.4. As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

4.5. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.



5. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia, no valor proporcional a 5% em cima do valor do presente contrato, mediante uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - Seguro-garantia;
- III - Fiança bancária.

5.1.1. Caberá a complementação da caução quando houver alteração contratual.

5.2. A garantia e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à CONTRATADA e por todas as importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em razão do presente contrato.

5.2.1. Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.

5.3. O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.

5.4. O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.

5.5. Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.

5.6. Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.

5.7. Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da CONTRATADA, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela CONTRATADA.

6. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data indicada na ordem de serviço.



- 6.2.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado por iguais ou menores e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses.
- 6.3.** A prestação de serviços só estará caracterizada após o recebimento da “Ordem de Serviço” ou instrumento equivalente e da competente Nota de Empenho.
- 6.4.** A “Ordem de Serviço” deverá ser retirada em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.
- 6.5.** Na hipótese da Contratada se negar a retirar a “Ordem de Serviço” esta será enviada pelo Correio, por carta registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.
- 6.6.** O prazo para início dos serviços é aquele indicado na “Ordem de Serviço”, ou o instrumento equivalente, sendo de no mínimo 02 (dois) dias corridos, contados do dia do recebimento da “Ordem de Serviço”, ou o instrumento equivalente, pela detentora, excetuando-se as hipóteses de emergência que poderá ser em prazo inferior desde que devidamente justificada.
- 6.7.** A fiscalização da unidade requisitante poderá recusar os serviços caso os funcionários e/ou equipamentos estiverem em desacordo com as exigências previstas no Anexo I do Edital da licitação (Termo de Referência) que precedeu este ajuste, sujeitando-se a contratada às sanções previstas neste instrumento.
- 6.8.** A contratada responsabiliza-se pela prestação do serviço contratado não sendo justificativa aceitável para a não prestação problemas técnicos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Fornecer à **contratada**, quando da emissão da “Ordem de Serviço”, o nome do(s) servidor(es) que representará(ão) a **contratante** durante a execução do objeto.
- 7.2.** Viabilizar os recursos orçamentários para a cobertura do presente contrato.
- 7.3.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Contrato, edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022.
- 7.3.1.** Caberá à fiscalização observar o contido na PORTARIA nº 08/SF/2016, publicada no D.O.C. de 13/01/2016.
- 7.4.** Facilitar a CONTRATADA, o acesso a todos os documentos, informações e demais elementos que possuir, quando necessário ou conveniente a implantação ou manutenção dos serviços;
- 7.5.** Prestar aos empregados da contratada, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- 7.6.** Exercer fiscalização dos serviços.



7.6.1. Atestar a prestação dos serviços, acompanhados dos seus relatórios mensais, relativos às faturas e encaminhá-las para pagamento em tempo hábil.

7.6.2. Entregar os documentos e dados sob sua responsabilidade, dentro dos prazos e padrões previstos, podendo ser recusados os documentos que não estiverem de acordo com os padrões estabelecidos.

7.7. Validar todas as ocorrências e informações relevantes anotados no livro diário de Serviços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto da contratação obedecendo às especificações constantes deste Contrato e do Edital de Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022 que o precederam e dele fazem parte integrante.

8.2. Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre o andamento dos serviços, indicando o estado e progresso desses serviços e eventuais irregularidades que possam prejudicar sua execução, fornecendo os dados técnicos de seu interesse, e todos os elementos e informações necessárias, quando por esta solicitado.

8.3. Dar ciência imediata e por escrito à **contratante** de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

8.4. Desenvolver seus serviços em regime de integração e colaboração com a **SMSUB**, Cumprindo as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços.

8.4.1. Participar juntamente com pessoal da contratante de reuniões periódicas e de avaliação e acompanhamento das atividades previstas, conforme solicitado pela **CONTRATANTE**.

8.5. Informar a **CONTRATANTE** os nomes dos técnicos da **CONTRATADA** para o cumprimento dos serviços objeto desta proposta.

8.5.1. Em caso de troca dos técnicos, informar imediatamente a **SMSUB**.

8.6. Manter sigilo sobre as informações processadas;

8.7. Responder por quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviços, sejam eles relativos aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como os custos com transporte de pessoal, equipamentos e materiais.

8.8. Apresentar para controle e exame, sempre que a **contratante** exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e comprovantes de pagamentos de salários, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou tenham prestado serviços à **contratante**, por força deste contrato.



- 8.9.** Manter a segurança física dos dados relativos ao processamento dos Sistemas, quando estes forem executados no seu ambiente operacional;
- 8.10.** Responder por todos os danos causados culposamente à contratante e à terceiros durante a execução do presente contrato;
- 8.11.** Manter, durante a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar à **contratante** qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.
- 8.12.** Executar os serviços, objeto deste contrato, pelos preços, quantidades totais e na forma definidas na proposta, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos de demais despesas de qualquer natureza;
- 8.13.** Registrar todas as ocorrências e informações relevantes no livro diário de Serviços, que deverá ser assinado pelo responsável técnico
- 8.14.** Manter em perfeito estado de funcionamento, os equipamentos de sua propriedade, para entrada, saída e transmissão de dados.
- 8.15.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.
- 8.16.** Assegurar à CONTRATANTE os direitos de uso e propriedade do que é desenvolvido/codificado pela CONTRATADA, quando for o caso, para integração ou complementos dos programas (softwares de fabricantes) por ela devidamente implantados e instalados.
- 8.17.** Efetuar treinamento à equipe de **TI** da **SMSUB**, sobre o adequado uso dos serviços contratados.

9. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL / DOS DIREITOS AUTORAIS

- 9.1.** Fica estabelecido entre as partes que desde já a CONTRATADA transfere à CONTRATANTE a propriedade de todo e qualquer Sistema de TI – Tecnologia da Informação que venham a ser desenvolvidos pela CONTRATADA por força do que determina o presente instrumento contratual, assim como quaisquer soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas.
- 9.1.1.** A transferência da propriedade de que trata o item 9.1 dar-se-á através do fornecimento pela CONTRATADA à CONTRATANTE de todos os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas.



9.1.1.1. Incluindo documentação completa, código-fonte comentado, memorial descritivo, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia.

9.1.2. A CONTRATADA fornecerá os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas pela CONTRATADA à CONTRATANTE na medida em que os módulos dos Sistemas e respectivas aplicações forem desenvolvidas conforme determinado no Cronograma de Execução.

9.1.3. Sem prejuízo do que determina dos demais subitens que tratam o item, quando assim requisitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá a qualquer tempo fornecer à CONTRATANTE os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas, que venham a ser desenvolvidos por força do presente instrumento contratual.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. A Subcontratação será permitida somente mediante prévia e expressa autorização da Unidade Contratante.

10.2. A contratada poderá subcontratar os veículos utilizados para instalação dos sensores inerciais de segunda à sexta, de forma ininterrupta, se necessário.

10.3. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto contratado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional;

10.4. A autorização dada pela Unidade CONTRATANTE é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela contratada.

10.5. Cabe à contratada zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a Unidade Contratante pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.

10.6. Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas.

10.7. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

10.7.1. Submissão, pela contratada, de pedido fundamentado de subcontratação, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;

10.7.2. Autorização prévia, por escrito, da Unidade Contratante para a subcontratação;

10.7.3. Apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do certame licitatório;

10.7.4. Análise e aprovação por escrito, pela Unidade Contratante, da documentação apresentada pela subcontratada.



10.7.4.1. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida no item anterior poderá ser substituída pela contratada, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pela Unidade Contratante.

10.7.5. Apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a contratada e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

10.8. Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pela Unidade Contratante. A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto neste documento, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do contrato.

11. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Mediante requerimentos mensais apresentados à PMSP pela contratada, será efetuada após o decurso do período de execução dos serviços, a medição dos serviços prestados, desde que devidamente instruída com a documentação necessária à sua verificação pelo fiscal do contrato, bem como a apresentação dos documentos exigidos em lei ou em contrato.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base na quantidade de serviços prestados à PMSP no mês, aplicado(s) o(s) preço(s) unitários(s) contratados(s) e pagos de acordo com os quantitativos medidos mensalmente.

11.2.1. As medições serão mensais, correspondendo ao período entre o 1º e o último dia do mês. A primeira medição será apurada entre o dia do início dos serviços constante na Ordem de Serviço e o último dia do respectivo mês.

11.3. As planilhas de medição deverão conter as assinaturas do responsável técnico da contratada, do responsável pela fiscalização do contrato e do titular da unidade orçamentária.

11.4. A fiscalização dos serviços será exercida por profissional técnico, designado pela Prefeitura do Município de São Paulo, devidamente instruído nos autos.

11.5. Para efeito de pagamento serão considerados os quantitativos aprovados pelo servidor municipal responsável pela fiscalização do contrato, conforme item acima.

11.6. O fiscal do contrato da PMSP deverá atestar, aprovando ou rejeitando, total ou parcialmente a medição, nos termos da Portaria SMSP 32/14.

11.6.1. Na ocasião da medição a fiscalização verificará a efetiva disponibilização de todos os funcionários e equipamentos daquele mês, tendo por base os dados das fichas diárias de produção e das fichas diárias de presença, procedendo ao desconto proporcional, nos casos de ausência de funcionários veículos ou equipamentos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



11.6.2. A fiscalização da Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço para realizar inspeções, coletas de materiais e realizar ensaios de controle de qualidade previamente à medição e pagamento.

11.7. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período do adimplemento de cada parcela do objeto do contrato, vinculado a entrega na unidade requisitante dos documentos exigidos pela Portaria SMSP 32/14 e dos abaixo discriminados:

11.7.1. Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura;

11.7.2. Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal;

11.7.3. Ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

11.7.4. Cópia (s) da (s) Nota (s) de Empenho (s);

11.7.5. Cópia do Contrato e seus Aditivos, se porventura houver;

11.7.6. Cópia da Ordem de Inícios dos Serviços e da medição anterior, se houver.

11.7.7. Relação contendo a identificação dos funcionários (nome e número da CTPS) que prestaram serviços, devidamente assinada pelo responsável legal da empresa ou pelo seu responsável técnico.

11.7.8. Relatório mensal contendo a relação do material consumido (especificação e quantidade por unidade requisitante), resíduo gerado (tipo e quantidade).

11.7.9. Ficha Diária de Presença, conforme modelo Anexo IV-A do Edital de Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022.

11.8. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.9. Na hipótese de a empresa contratada estar obrigada ao cumprimento da Lei Municipal nº 14.097/2005, deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

11.10. No caso de sociedade com estabelecimento prestador ou com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, a contratada deverá atender conforme estabelecido na Lei nº 13.701/2003 e artigo 69 do Decreto nº 53.151 de 17 de maio de 2012.

11.10.1. Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.



11.11. Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

11.11.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012.

11.12. A PMSP, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará as retenções dos impostos e contribuições, bem como a comprovação dos recolhimentos, conforme abaixo relacionados;

11.12.1. O ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, de acordo com o disposto na Lei nº 13.701, de 24.12.2003 e Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, será retido na fonte pela PMSP. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA ISS”.

11.12.2. O IRRF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.713/1988, Decreto nº 3.000/1999, e demais legislação em vigor.

11.12.3. As retenções a título de contribuição social para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, atenderá aos termos da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/1998 e Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e suas alterações ou outra que vier a substituí-la.

11.13. Os Impostos e contribuições tratados nos subitens **11.12.1** a **11.12.3**, quando passíveis de retenção, na emissão da Nota Fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “retenção” para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações contidas nas referidas legislações.

11.14. A Contratada deverá apresentar a cada pedido de pagamento os documentos a seguir discriminados, excetuando-se aqueles que em razão do objeto contratual a legislação em vigor o dispense de sua elaboração/apresentação;

11.14.1. Certidão de Regularidade de Situação para com o fundo de Garantia de tempo de Serviços FGTS;

11.14.2. Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal;

11.14.3. Certidão Negativa de Débito junto a Previdência Social;

11.14.4. Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

11.14.5. Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

11.14.6. Relação dos trabalhadores constate no arquivo SEFIP;

11.14.7. Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;



11.14.8. Recibo de conectividade social;

11.15. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL** nos termos do Decreto Municipal nº 51.197/2010.

11.16. Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

11.17. Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

11.18. A sociedade líder do Consórcio, se for o caso, poderá apresentar um documento fiscal ou equivalente legal para cada consorciado envolvido na execução contratual, proporcionalmente à respectiva parcela na execução do objeto quando permitido pela legislação tributária e desde que observadas as condições previstas nesta Cláusula.

12. DAS PENALIDADES

12.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como aquelas estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/2002, e demais normas pertinentes. No que tange as multas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada estará sujeita as penalidades abaixo discriminadas:

12.1.1. Multa pela recusa em assinar o Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso sem a devida justificativa aceita pela Unidade requisitante: 1%, DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO POR DIA DE ATRASO, até o décimo dia.

12.1.1.1. Após 10 (dez) dias de atraso, será considerada recusa em assinar/retirar o contrato/nota de empenho: MULTA DE 15% DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO.

12.1.2. Multa por dia de atraso para início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, incidindo, após, a multa por inexecução total do contrato.

12.1.3. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após, a multa por inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela não executada.

12.1.4. Multa por descumprimento da cláusula contratual, por dia: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SUBPREFEITURAS

12.1.5. Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização, por dia, até seu cumprimento: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal

12.1.6. Multa por inexecução parcial do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

12.1.7. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual.

12.1.8. Multa pela rescisão contratual por culpa da contratada: 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço estimado, calculado sobre número de meses faltantes para o termino do ajuste.

12.1.9. Multa de 1% do valor total do contrato pela não transferência dos direitos de propriedade no prazo requisitado.

12.1.10. Multa de 7% do valor total do contrato pelo descumprimento das normas técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

12.1.11. Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PMSP, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.

12.1.12. As penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos termos do contrato serão aplicadas pela Contratante, observado o devido processo legal e a ampla defesa.

12.1.13. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

12.1.14. O prazo para pagamento das multas, após decorridos os prazos de ampla defesa, será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP (medições futuras, garantia, etc). Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

12.1.15. Para aplicação de penalidade deverá ser atendido o estabelecido nos artigos 54 a 56 do Decreto 44.279/02.

12.1.16. Multa de 20% do valor total do contrato pela não transferência dos códigos fontes dos serviços que forem desenvolvidos pela empresa contratada



13. DA RESCISÃO

13.1. Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/93 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naquela lei.

14. DA SUBORDINAÇÃO DESTE CONTRATO

14.1. Este instrumento subordina-se às cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e aos preceitos de direito público.

14.2. Aplicam-se supletivamente a este Contrato, os princípios e normas de direito privado, sobretudo as disposições do código civil.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A contratada, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou a seguinte documentação:

15.1.1. Comprovação do recolhimento da garantia em quaisquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8666/93;

15.1.2. O Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

15.1.3. Certidão de regularidade fiscal atualizada quanto às contribuições para com o Instituto Nacional de Seguro Social;

15.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários;

15.1.5. Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, da não inscrição da empresa no CADIN – Cadastro Informativo Municipal, nos termos do Modelo constante do edital de Pregão - ANEXO III – A, que precedeu este ajuste.

15.1.6. Consulta ao CADIN Municipal (via internet), demonstrando que não foram encontradas pendências, de acordo com a Lei Municipal n.º 14.094/05 e o Decreto Municipal n.º 47.096/06.

15.1.7. Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

15.1.8. Relação dos trabalhadores constatare no arquivo SEFIP;

15.1.9. Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;

15.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



15.1.11. Indicação dentre os responsáveis técnicos, que responderá tecnicamente pelos serviços executados e o preposto que o representará nos locais de trabalho.

15.2. Ficam fazendo parte integrante deste, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022, seus Anexos e a proposta de preço da contratada inserida no Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4.

15.3. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de pregão que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

15.4. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes.

15.5. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

15.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 03 (três) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de 20...

PELA CONTRATANTE:

(nome, RG e CPF)

PELA CONTRATADA:

(nome, RG e CPF)



ANEXO V – MODELO DE FICHA DIÁRIA DE PRESENÇA

TERMO DE CONTRATO N°/...../...../20...

Objeto:

Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2022

Processo Administrativo nº 6012.2022/0010230-4

FICHA DIÁRIA DE PRESENÇA

(a ser preenchido pela Contratada em 02 (duas) vias,
ficando 01 (uma) via em poder da contratante e a outra em poder da contratada)

DATA:

EMPRESA:

LOCAL:

CONTRATO:

O.SERVIÇO:

EQUIPE:

FUNÇÃO	NOME DO FUNCIONÁRIO	Tipo de Vínculo	Registro na entidade de classe	ASSINATURAS	
				ENTRADA	SAÍDA
Coordenador Geral					
Coordenador Setorial					
Engenheiro/Arquiteto Sênior					
Engenheiro/Arquiteto Pleno					
Engenheiro/Arquiteto Junior					
Arquiteto de Sistemas					
Administrador de Banco de Dados					
Administrador De Rede Lan/Wan					



Analista De Segurança Da Informação					
Coordenador De Operações					
Cientista de Dados					
Analista De ERP / Portais / Processo / BI / CRM / IA					
Analista de Suporte de Sistemas					

Encarregado da Contratada
Nome e Assinatura

Fiscal da Contratante
Nome e Assinatura

**ANEXO VI - MINUTA MODELO SUBCONTRATAÇÃO**

Termo de Subcontratação de serviços entre o _____ (vencedor da licitação), como CONTRATANTE, e a _____ (pessoa jurídica e/ou física escolhida pelo vencedor da licitação que preencha os requisitos de qualificação), como CONTRATADA, para a execução de serviços de transporte de sensores inerciais, instalados em veículo, para a detecção de irregularidades no pavimento asfáltico no município de São Paulo à Secretaria Municipal das Subprefeituras (órgão competente) como interveniente fiscalizadora.

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de ____, situada na (endereço) _____, de um lado como CONTRATANTE _____ (vencedor da Licitação), a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo _____, ____ de _____.____, e a sociedade _____, estabelecida na rua _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ e a _____ (órgão competente), doravante designada simplesmente como interveniente fiscalizadora tem justo e acordado o presente Contrato, datado de ____/____/____. (DOC. ____ do processo SEI) e publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em ____/____/____, pág. ____ que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - (OBJETO LICITADO) - Prestação de Serviços de Sustentação de Sistema de Informação destinado a avaliação continuada do pavimento das vias do Município de São Paulo por meio de sensores inerciais e sua respectiva manutenção, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal das Subprefeituras– SMSUB.



OBJETO DESTA SUBCONTRATAÇÃO: Contratação de frota/veículo para a execução dos serviços de transporte de sensores inerciais, instalado em veículo, para a detecção de irregularidades no pavimento asfáltico no Município de São Paulo.

- a) Disponibilizar o veículo para a instalação do sensor;
- b)(Descrever de forma detalhada a necessidade de qualquer aplicativo/ aparelho ou transferência de informação).

CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR) - O valor total do presente Contrato é de _____
(_____reais).

CLÁUSULA TERCEIRA (FISCALIZAÇÃO) – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a Unidade Fiscalizadora da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, pela SMBUB, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo - Compete à CONTRATANTE fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA e da CONTRATANTE no que concerne aos serviços neste contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a FISCALIZADORA, ou



perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratadas não implicará em corresponsabilidade da SMSUB ou de seus prepostos.

CLÁUSULA QUARTA (RESPONSABILIDADE TÉCNICA) – Os serviços objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade do Sr(a) _____, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com a SMSUB em matéria de serviços.

Parágrafo único – A CONTRATADA se obriga a manter o(a) funcionário(a) indicado nesta Cláusula como Responsável na direção dos trabalhos e dos serviços até o seu final. A substituição do Responsável poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da SMSUB.

CLÁUSULA QUINTA – As medições serão mensais, em conformidade com a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA e se darão a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior.

Parágrafo Segundo – Na medição final será anexado um cadastro dos serviços realizados, com todos os detalhes e especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - (PRAZO) - O prazo para a completa execução dos serviços contratados é de _____, findo o qual os serviços deverão estar concluídos.

Parágrafo Único – Na contagem dos prazos, é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

CLÁUSULA OITAVA (REGIME DE EXECUÇÃO) - A execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência, e aos detalhes e informações fornecidas pela SMSUB.



CLÁUSULA NONA (OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE) - São obrigações da CONTRATANTE:

I – contratar garantia do contrato em qualquer das modalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e garantir a execução dos serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência, no Cronograma Físico, e nos detalhes e informações fornecidas pela SMSUB.

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos. Serão de responsabilidade subsidiária da CONTRANTE as falhas ou danos na execução dos Serviços ainda que realizados pela CONTRATADA, bem como a obrigação de reparar os prejuízos que forem causados a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

III – se responsabilizar subsidiariamente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a terceiros, SMSUB, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

IV - atender as determinações e exigências formuladas pela SMSUB;

V - substituir, por sua conta e responsabilidade os serviços recusados pela Fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias;

VI – se responsabilizar subsidiariamente por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços (quando for o caso), até a sua entrega, perfeitamente concluída ou até o seu término;

VII – se responsabilizar subsidiariamente pelas instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados;



VIII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico Pública 000/SMSUB/COGEL/2022 durante todo prazo de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA (OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA) - São obrigações da CONTRATADA:

I – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos. Será de responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vierem a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

II – se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a terceiros, à SMSUB, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

III - atender as determinações e exigências formuladas pela SMSUB;

IV - substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela SMSUB, no prazo de 30 (trinta) dias;

V – se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços (quando for o caso), até a sua entrega, perfeitamente concluída ou até o seu término;

VI - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no Termo de Referência, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;



VII – se responsabilizar integralmente pelas instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados;

VIII – se responsabilizar integralmente pela qualidade dos serviços e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Termo de Referência, dos detalhes e informações fornecidas pela SMSUB e com as normas da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA SP, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo CONTRATANTE. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço ou na substituição dos materiais recusados;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (SMSUB) - São funções da SMSUB:

I - Realizar a fiscalização dos serviços contratados.

I.I A Fiscalização da execução do pagamento deste edital caberá à SMSUB.

I.II Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios definidos na legislação pertinente, inclusive quanto:

I.II.I a atestação de descumprimento do cronograma que ensejará a execução da garantia, respeitados a defesa prévia, o contraditório e a ampla defesa.

I.II.II O prazo de defesa será sempre de 5 (cinco) dias úteis.

I.III. A CONTRATADA e bem como a EXECUTORA do pagamento declaram, antecipadamente, aceitarem todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela FISCALIZAÇÃO, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

I.IV. Compete à CONTRATADA e CONTRATANTE fazerem minucioso exame da execução dos serviços de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas



porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica em total aceitação das condições estabelecidas. A CONTRATADA responderá por atos da EXECUTORA dos serviços.

I.V A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA e da EXECUTORA no que concerne aos serviços acessórios (quando for o caso), à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a SMSUB ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em corresponsabilidade da FISCALIZAÇÃO ou de seus prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO) - A aceitação dos serviços objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação da SMSUB, que constatará no Termo de Referência, no Cronograma Físico e nos detalhes e informações fornecidas SMSUB.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (FORO) - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

CONTRATADA

CONTRATANTE

(Vencedor do Certame Pregão Eletrônico nº XXX/SMSUB/COGEL/2022)

INTERVENIENTE FISCALIZADORA

(SMSUB)